



**Aula 00 – Estrutura
Conceitual Básica (CPC 00)**

Contabilidade Avançada Regular

Prof. Igor Cintra

Sumário

SUMÁRIO.....	1
APRESENTAÇÃO	2
DIREÇÃO INICIAL – CONTABILIDADE AVANÇADA	5
ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA (CPC 00)	6
CAPÍTULO 1 – OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS.....	7
<i>Objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais.....</i>	7
<i>Informações sobre recursos econômicos da entidade que reporta, reivindicações contra a entidade e alterações em recursos e reivindicações</i>	15
CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS	19
<i>Características qualitativas fundamentais.....</i>	22
<i>Relevância.....</i>	25
<i>Representação fidedigna.....</i>	28
<i>Aplicação das características qualitativas fundamentais.....</i>	34
<i>Características qualitativas de melhoria.....</i>	35
<i>Comparabilidade.....</i>	36
<i>Capacidade de verificação.....</i>	39
<i>Tempestividade.....</i>	40
<i>Compreensibilidade.....</i>	40
<i>Aplicação das características qualitativas de melhoria.....</i>	40
<i>Restrições do custo sobre relatórios financeiros úteis.....</i>	41
CAPÍTULO 3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A ENTIDADE QUE REPORTA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	42
<i>Objetivo e alcance das demonstrações contábeis.....</i>	42
<i>Perspectiva adotada nas demonstrações contábeis.....</i>	43
<i>Premissa de continuidade operacional.....</i>	43
<i>Entidade que reporta.....</i>	45
<i>Demonstrações contábeis consolidadas e não consolidadas.....</i>	45
CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	45
<i>Definição de Ativo.....</i>	46
<i>Definição de Passivo.....</i>	52
<i>Definição de Patrimônio Líquido.....</i>	57
<i>Definição de Receita e Despesa.....</i>	59
CAPÍTULO 5 – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO	60
<i>Critérios de reconhecimento.....</i>	61
<i>Relevância.....</i>	62
<i>Baixa probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos.....</i>	62
<i>Incerteza na mensuração.....</i>	62
CAPÍTULO 6 – MENSURAÇÃO	63
<i>Bases de Mensuração.....</i>	64
<i>Valor justo.....</i>	65
<i>Valor em uso e valor de cumprimento.....</i>	66
<i>Custo corrente.....</i>	68
<i>Características qualitativas de melhoria e a restrição de custo.....</i>	70
<i>Mensuração do patrimônio líquido.....</i>	73
CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	74
<i>Classificação.....</i>	74
<i>Compensação.....</i>	74
<i>Agregação.....</i>	75
CAPÍTULO 8 – CONCEITOS DE CAPITAL E MANUTENÇÃO DE CAPITAL	76
LISTA DE QUESTÕES	81
GABARITO	102
RESUMO DIRECIONADO	103

Apresentação



Olá "concurseiros" de todo Brasil!

Enfim foi lançada a versão 2019, totalmente revisada e atualizada do curso de **Contabilidade Avançada Regular** para Concursos. Mas qual a razão deste curso ser "regular"? Este termo indica que este curso não é elaborado com foco específico em determinada banca ou determinado concurso. Ou seja, é genérico por abarcar várias bancas, sendo especialmente elaborado aos alunos focados na área fiscal (Receita Federal, Fiscos Estaduais e Municipais) e de controle (Tribunais de Contas) e que não possuem absolutamente nenhum conhecimento a respeito da disciplina.

É essencial mencionar que este curso contempla a Revisão CPC nº 12, aprovada em **01/12/2017** e que representa a grande mudança em relação aos Pronunciamentos

Técnicos ocorrida nos últimos tempos.

Aliás, a mudança mais relevante se deu em relação ao reconhecimento de Receitas, que tinha um Pronunciamento Técnico próprio (CPC 30 – Receitas) que foi totalmente revogado. Em seu lugar entrou o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, que também revogou alguns pontos de outros Pronunciamentos Técnicos que tratavam de reconhecimento de receitas, como o CPC 17 – Contratos de Construção (também revogado a partir de 01/01/2018).

Além disso, a revisão nº 12 também provocou alterações em relação ao tratamento contábil dado aos Instrumentos Financeiros, "rebaixando" o Pronunciamento Técnico CPC 14 que passou a ter o status de Orientação CPC 03. Houve, ainda, a emissão do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, em **01/01/2019** entrou em vigor novas disposições acerca da mensuração e reconhecimento de **Arrendamento Mercantil**. Vamos estudar, desta forma, da forma mais atualizada possível!

Aliás, se você já tem uma boa base em Contabilidade você está no lugar certo! Tenho a certeza de que após a realização deste curso você vai encarar qualquer prova de Contabilidade Avançada com muita tranquilidade, pois iremos analisar grande maioria dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sempre massificando os conceitos com a utilização de inúmeros exercícios recentes.

Para isso utilizarei questões das bancas mais tradicionais em concursos públicos, como FGV, FCC, CESPE, VUNESP entre outras.

Antes de prosseguir com a análise do curso permita-me uma breve apresentação. Sou formado em Engenharia Civil pela UNICAMP e atualmente ocupo o cargo de Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo, onde exerço a função de fiscalização direta de tributos. Antes disso, ocupei o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais da Prefeitura de São Paulo e também de Analista Tributário da Receita Federal do Brasil. Tenho certeza de que minha experiência como "concurseiro" ajudará você a compreender essa disciplina tão apaixonante, como a Contabilidade!

Enfim, todos nós sabemos que para ser aprovado num concurso de grande nível da área fiscal é necessário dominar os conceitos de contabilidade. Normalmente é uma disciplina que faz toda a diferença na aprovação (ou não) de um candidato.

Ao longo do curso teremos a presença do ilustre Zé Curioso, que sempre aparece nas aulas com dúvidas pontuais. Trata-se daquele aluno que adora fazer perguntas que estão na cabeça da maioria dos estudantes!

Zé Curioso: *"Professor, quer dizer que estarei apto a gabaritar qualquer prova da área fiscal depois deste curso?"*

Certamente Zé! Se você já tem uma boa base em Contabilidade este curso elevará seu nível de conhecimento e você terá plena condições de gabaritar (ou chegar muito perto disso) sua próxima prova! Afinal, analisaremos os Pronunciamentos Técnicos que mais despencam em provas de concursos públicos.

O curso está previsto para ser desenvolvido em **15 encontros** (aula demonstrativa + 14 aulas), conforme discriminado abaixo.

Aula	Lançamento	Conteúdo
00	05/01/2019	CPC 00 – Pronunciamento Conceitual Básico (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro)
01	15/01/2019	CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
02	25/01/2018	CPC 27 – Ativo Imobilizado
03	04/02/2019	CPC 28 – Propriedade para Investimento; CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e operação Descontinuada
04	14/02/2019	CPC 04 – Ativo Intangível
05	24/02/2019	CPC 16 – Estoques
06	06/03/2019	CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; CPC 15 – Combinação de Negócios
07	16/03/2019	CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 20 – Custos de Empréstimos
08	26/03/2019	CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
09	05/04/2019	CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais
10	15/04/2019	CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;

		CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
11	25/04/2019	CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); CPC 36 – Demonstrações Consolidadas
12	05/05/2019	CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro CPC 24 – Evento Subsequente
13	15/05/2019	CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
14	25/05/2019	CPC 46 – Mensuração do Valor Justo
15	04/06/2019	CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Caso você tenha alguma dúvida podemos nos comunicar através do fórum do site. Além disso, fique à vontade para curtir minhas redes sociais!



Vamos ao trabalho!

Prof. Igor Cintra

DIREÇÃO INICIAL – CONTABILIDADE AVANÇADA

Pessoal, gravei um vídeo de **Direção Inicial** especialmente aos alunos que estão estudando através deste curso. É extremamente importante que você assista este vídeo (é bem rapidinho, eu prometo!), pois falo a respeito da metodologia do curso, análise do último edital, o que esperar para o próximo certame e como vamos estudar para sua prova! Acesse o vídeo através do seguinte link:

Direção Inicial: <https://youtu.be/3-CurjzejVY>

Zé Curioso: *"Professor, não teria como você aproveitar esta aula para nos ensinar alguns conceitos? Assim posso verificar sua didática e seu método de ensino!"*

Zé, é você quem manda! Vamos analisar, portanto, a **Estrutura Conceitual Básica**, também chamada de CPC 00, que tem sido muito cobrada em provas de concursos públicos recentes.

ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA (CPC 00)

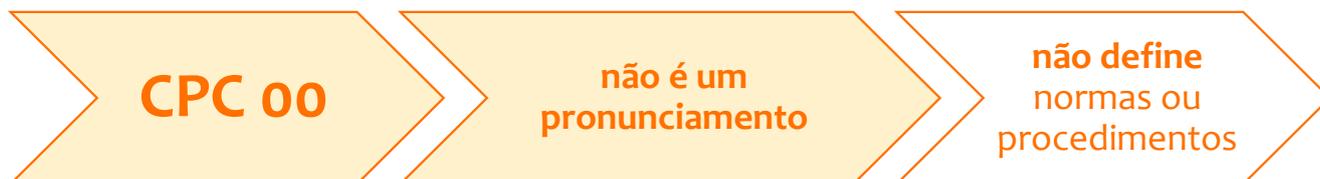
A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Estrutura Conceitual) descreve o objetivo do, e os conceitos para, relatório financeiro para fins gerais.

A **finalidade** desta Estrutura Conceitual é:

- (a) **auxiliar** o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- (b) **auxiliar** os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e
- (c) **auxiliar** todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando o seu objetivo de promover e manter a plena convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB¹, decidiu desde 2008, adotar a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida pelo IASB no desenvolvimento dos Pronunciamentos Técnicos do CPC.

Esta Estrutura Conceitual **não é um pronunciamento propriamente dito**. Nada contido nesta Estrutura Conceitual se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento.



Para atingir o objetivo de relatório financeiro, para fins gerais, o IASB pode algumas vezes especificar requisitos que divergem de aspectos desta Estrutura Conceitual. Se isso for feito, ele explicará a divergência na Base para Conclusões em tal pronunciamento.

Algumas bancas gostam de cobrar literalidades em suas provas. Resolva a próxima questão.

(Inédita) Uma das finalidades propostas pela Estrutura Conceitual Básica é a de elaborar normas e procedimentos, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

¹ O IASB (*International Accounting Standards Board*) é uma organização internacional que publica e atualiza as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que representam as normas internacionais de Contabilidade.

A palavra-chave da finalidade da Estrutura Conceitual é "auxiliar", veja:

A finalidade desta Estrutura Conceitual é:

- (a) **auxiliar** o desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) para que tenham base em conceitos consistentes;
- (b) **auxiliar** os responsáveis pela elaboração (preparadores) dos relatórios financeiros a desenvolver políticas contábeis consistentes quando nenhum pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil; e
- (c) **auxiliar** todas as partes a entender e interpretar os Pronunciamentos.

A Estrutura Conceitual Básica não define normas ou procedimentos. Sendo assim, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

(Inédita) O Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, define normas e procedimentos sobre aspectos relacionados à mensuração ou divulgação dos elementos patrimoniais.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

A Estrutura Conceitual **não é um** pronunciamento propriamente dito. Nada contido nesta Estrutura Conceitual se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento.

Com isso, correta a alternativa E.

RESPOSTA: E

CAPÍTULO 1 – OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS

O objetivo do relatório financeiro para fins gerais forma a base desta Estrutura Conceitual. Outros aspectos desta Estrutura Conceitual – as características qualitativas de informações financeiras úteis e a restrição de custo sobre tais informações, o conceito de entidade que reporta, elementos das demonstrações contábeis, reconhecimento e desreconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação – decorrem logicamente do objetivo.

Objetivo, utilidade e limitações do relatório financeiro para fins gerais

O **objetivo** do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações** financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.



Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

As decisões acima dependem dos retornos que os existentes e potenciais investidores, credores por empréstimos e outros credores esperam, por exemplo, dividendos, pagamentos de principal e juros ou aumentos no preço de mercado. As expectativas dos investidores, credores por empréstimos e outros credores quanto aos retornos dependem de sua avaliação do valor, da época e da incerteza (perspectivas) de futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade e de sua avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações para ajudá-los a fazer essas avaliações.

Resolva a próxima questão!

(Inédita) Com base na Estrutura Conceitual Básica "o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade". Considerando o disposto na referida resolução, NÃO é uma decisão econômica comum a maior parte dos usuários:

- A) Exercer direitos de voto afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.
- B) Decidir sobre a concessão de empréstimos ou outras formas de crédito.
- C) Decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.
- D) Decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos de dívida.
- E) Determinar quais instrumentos de controle gerencial são melhores para mensurar o desempenho organizacional.

RESOLUÇÃO:

O **objetivo** do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações** financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

Com isso, incorreta a alternativa E.

GABARITO: E

(FGV – Contador – MPE/AL – 2018) De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral.

- A) Oferecer subsídio à alta administração e aos gestores da entidade, de modo que estes pautem as suas decisões relacionadas ao funcionamento regular da entidade.
- B) Influenciar o relacionamento de investidores, credores, fornecedores e clientes com a entidade, garantindo a segurança necessária para suas transações.
- C) Fazer a diferença nas decisões dos usuários, podendo ser utilizados como dados de entrada em processos empregados para prever futuros resultados ou para confirmar as decisões tomadas.
- D) Fornecer informações contábil-financeiras que sejam úteis para os investidores, para os credores por empréstimos e para os outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.
- E) Garantir aos empregados e aos fornecedores da entidade que suas obrigações serão cumpridas.

RESOLUÇÃO:

Segundo o CPC 00, o **objetivo** do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações** financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

Assim, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

Para fazer as avaliações os investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, precisam de informações sobre:

- (a) os recursos econômicos da entidade, reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos e reivindicações; e
- (b) a eficiência e eficácia da administração e do órgão de administração da entidade no cumprimento de suas responsabilidades sobre o uso dos recursos econômicos da entidade.

Muitos **investidores, credores** por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, **não podem** exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles são os **principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais**.



Ao longo da Estrutura Conceitual, os termos “principais usuários” e “usuários” referem-se a esses investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, que devem se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam.

Perceba que o grande objetivo do relatório contábil-financeiro é **fornecer informações**. Essas informações poderão ser úteis a investidores, credores por empréstimos, outros credores, enfim, a todos que eventualmente se relacionarem com a empresa. Estes são reconhecidos como os **usuários primários** dos relatórios contábil-financeiros.



Contudo, relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações** de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.



Relatórios financeiros para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor** da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a **estimar** o valor da entidade que reporta.

Relatórios financeiros para fins gerais

não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta

auxiliam os usuários a **estimar o valor da entidade**

Usuários primários individuais têm necessidades e desejos de informação diferentes e possivelmente conflitantes. Ao desenvolver os Pronunciamentos, busca-se fornecer um conjunto de informações que atenda às necessidades do **maior número de principais usuários**. Contudo, concentrar-se em necessidades de informação ordinárias não impede que a entidade que reporta inclua informações adicionais que sejam mais úteis para um subconjunto específico de principais usuários.

usuários primários



têm diferentes, e possivelmente conflitantes

A administração da entidade que reporta também está interessada em informações financeiras sobre a entidade. Contudo, a **administração não precisa** se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.

administração



não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais

Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.



Em grande medida, relatórios financeiros baseiam-se em estimativas, julgamentos e modelos e, não, em representações exatas. Esta Estrutura Conceitual estabelece os conceitos subjacentes a essas estimativas, julgamentos e modelos. Os conceitos são a meta que os responsáveis pela elaboração (preparadores) de relatórios financeiros se esforçam por atingir. Como na maioria das metas, a visão desta Estrutura Conceitual de relatório financeiro ideal é improvável de ser atingida integralmente, ao menos não em curto prazo, pois leva tempo para compreender, aceitar e implementar novas formas de analisar transações e outros eventos. Contudo, estabelecer uma meta a ser atingida é essencial para que o relatório financeiro evolua de modo a melhorar a sua utilidade.

Atenção!

*Os demonstrativos contábeis são elaborados com a finalidade de atender as necessidades de informação que os **usuários externos** possuem, como **credores e investidores**. Isso é bastante lógico, visto que estas pessoas dificilmente conseguem informações sobre as entidades por outras fontes, como relatórios internos.*

Vamos praticar algumas questões!

(Quadrix – Contador – CFO – 2020) O relatório contábil-financeiro só deverá ser considerado como válido se atender a todas as necessidades de informação de terceiros interessados na entidade controlada.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica os relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam** investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

(Inédita) De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

II. Decisões a serem tomadas por investidores existentes e em potencial relacionadas a comprar, vender ou manter instrumentos patrimoniais e instrumentos de dívida dependem do retorno esperado dos investimentos feitos nos referidos instrumentos.

III. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações gerenciais acerca do conjunto de entidade que reporta essa informação a credores e devedores.

IV. Decisões a serem tomadas por investidores existentes e em potencial relacionadas a quaisquer transações independentemente do retorno esperado.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns).

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.

RESOLUÇÃO:

O **objetivo** do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações** financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

Tais decisões, portanto, **dependem do retorno esperado** dos investimentos feitos nos referidos instrumentos, por exemplo: dividendos, pagamentos de principal e de juros ou acréscimos nos preços de mercado.

Assim, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

(CESPE – Assistente – FUNPRESP-JUD – 2016) As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral auxiliam os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimar o valor da entidade a que se referem as informações.

- CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Relatórios financeiros para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta, mas fornecem informações para **auxiliar** investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, **a estimar o valor da entidade que reporta**.

Com isso, correta a afirmativa.

RESPOSTA: C

(CESPE – Contador – DPU – 2016) Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.

- CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Conseqüentemente, eles são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Contudo, relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam** investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

Com isso, correta a afirmativa.

RESPOSTA: C

(CESPE – ACE – TCE/RO – 2019) Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro), os relatórios contábeis-financeiros “objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários”. Ainda que destinados a usuários em geral, esses relatórios destinam-se prioritariamente à tomada de decisão por parte

- A) dos governos em geral.
- B) dos órgãos supervisores.
- C) dos investidores existentes e potenciais.
- D) dos administradores e gestores em geral.
- E) do fisco.

RESOLUÇÃO:

Muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, **não podem** exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. **Conseqüentemente, eles são os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.**



Com isso, correta a alternativa C.

GABARITO: C

(Inédita) Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais são direcionados essencialmente aos interesses de entidades governamentais, como fiscos e órgãos reguladores.

() CERTO

() ERRADO

RESOLUÇÃO:

Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, **não podem** requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles **diretamente** as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam. Consequentemente, eles são os **usuários primários** para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, **esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.**

Com isso, incorreta a afirmativa.

RESPOSTA: E

Informações sobre recursos econômicos da entidade que reporta, reivindicações contra a entidade e alterações em recursos e reivindicações

Relatórios financeiros, para fins gerais, fornecem informações sobre a posição financeira da entidade que reporta, as quais consistem em informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra a entidade que reporta. Os relatórios financeiros fornecem ainda informações sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta. Ambos os tipos de informações fornecem dados úteis para decisões referentes à oferta de recursos à entidade.

Recursos econômicos e reivindicações

Informações sobre a natureza e os valores dos recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta podem auxiliar os usuários a **identificar os pontos fortes e fracos financeiros** da entidade que reporta. Essas informações podem auxiliar os usuários a avaliar a liquidez e solvência da entidade que reporta, suas necessidades de financiamento adicional e a sua probabilidade de êxito na obtenção desse financiamento. Essas informações também podem auxiliar os usuários a avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Informações sobre prioridades e exigências de pagamento de reivindicações existentes auxiliam os usuários a prever como futuros fluxos de caixa serão distribuídos entre aqueles que tiverem reivindicações contra a entidade que reporta.

Diferentes tipos de recursos econômicos afetam diferentemente a avaliação, por usuário, das perspectivas de fluxos de caixa futuros da entidade que reporta. Alguns fluxos de caixa futuros resultam diretamente de recursos econômicos existentes, tais como contas a receber. Outros fluxos de caixa resultam da utilização de vários recursos em conjunto para produzir e comercializar produtos ou serviços a clientes. Embora esses fluxos de caixa não possam ser identificados com recursos econômicos (ou reivindicações) individuais, os usuários de relatórios financeiros precisam conhecer a natureza e o valor dos recursos disponíveis para uso nas operações da entidade que reporta.

Desempenho financeiro refletido pela contabilização pelo regime de competência

O **regime de competência** reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta **nos períodos em que esses efeitos ocorrem**, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

Informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta durante o período, refletidas por mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações, exceto aquelas resultantes da obtenção de recursos adicionais diretamente de investidores e credores, **são úteis na avaliação da capacidade passada e futura da entidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos**. Essas informações indicam em que medida a entidade que reporta aumentou seus recursos econômicos disponíveis e, assim, a sua capacidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos por meio de suas operações e, não, pela obtenção de recursos adicionais diretamente de investidores e credores. Informações sobre o desempenho financeiro da entidade que reporta durante o período também podem ajudar os usuários a avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

(Inédita) De acordo com o NBC TG – Estrutura Conceitual, a “os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente”. Para tanto será(serão) utilizado(a)(s):

- A) o regime de competência
- B) a alocação econômica.
- C) as estimativas contábeis.
- D) o regime de caixa.
- E) as provisões contábeis.

RESOLUÇÃO:

O **regime de competência** reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta **nos períodos em que esses efeitos ocorrem**, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

Assim, correta a alternativa A.

GABARITO: A

(VUNESP – Contador – Câmara de Serrana/SP – 2019) De acordo com a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, abordada pela Norma Brasileira de Contabilidade, assinale a alternativa que apresenta o conceito contábil: “retrata os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos”.

- A) Características qualitativas fundamentais.
- B) Regime misto de caixa.
- C) Materialidade.
- D) Tempestividade.
- E) Regime de competência.

RESOLUÇÃO:

O **regime de competência** reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta **nos períodos em que esses efeitos ocorrem**, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

Assim, correta a alternativa E.

GABARITO: E

(VUNESP – Técnico – Câmara de Piracicaba/SP – 2019) Os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. A afirmativa apresentada se refere ao seguinte princípio da contabilidade:

- A) competência.
- B) continuidade.
- C) oportunidade.
- D) registro do valor original.
- E) prudência.

RESOLUÇÃO:

O **regime de competência** reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta **nos períodos em que esses efeitos ocorrem**, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente. Isso é importante porque informações sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta e mudanças em seus recursos econômicos e reivindicações durante o período fornecem uma base melhor para a avaliação do

desempenho passado e futuro da entidade do que informações exclusivamente sobre recebimentos e pagamentos à vista durante esse período.

Assim, correta a alternativa A.

GABARITO: A

Desempenho financeiro refletido por fluxos de caixa passados

Informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta durante o período **também auxiliam** os usuários a avaliar a capacidade da entidade de gerar **futuros** fluxos de entrada de caixa líquidos e avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Essas informações indicam como a entidade que reporta obtém e despende caixa, incluindo informações sobre contratação e amortização de dívida, dividendos em dinheiro ou outras distribuições de caixa a investidores, e outros fatores que podem afetar a liquidez ou solvência da entidade. Informações sobre fluxos de caixa auxiliam os usuários a compreender as operações da entidade que reporta, avaliar suas atividades de financiamento e investimento, avaliar sua liquidez ou solvência e interpretar outras informações sobre o desempenho financeiro.

Analise a questão proposta seguinte!

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica (CPC 00) as informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação evidenciam os consumos e entradas de caixa e equivalentes de caixa que ocorreram ao longo de determinado período. No entanto, tal informação não auxilia os usuários a avaliar a capacidade da entidade de gerar futuros fluxos de entrada de caixa líquidos e avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta durante o período **também auxiliam** os usuários a avaliar a capacidade da entidade de gerar **futuros** fluxos de entrada de caixa líquidos e avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade. Essas informações indicam como a entidade que reporta obtém e despende caixa, incluindo informações sobre contratação e amortização de dívida, dividendos em dinheiro ou outras distribuições de caixa a investidores, e outros fatores que podem afetar a liquidez ou solvência da entidade. Informações sobre fluxos de caixa auxiliam os usuários a compreender as operações da entidade que reporta, avaliar suas atividades de financiamento e investimento, avaliar sua liquidez ou solvência e interpretar outras informações sobre o desempenho financeiro.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

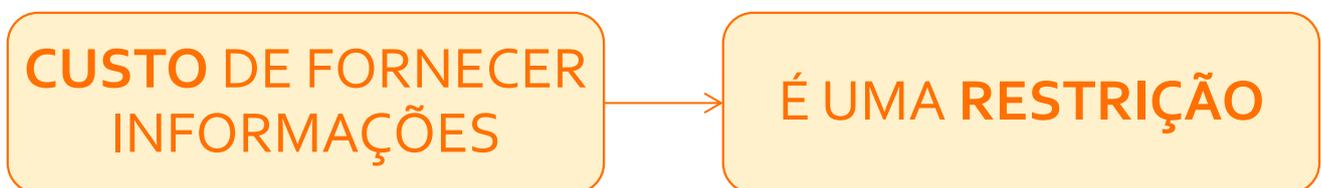
Pessoal, considero que as disposições do Capítulo 1, discutidas acima, vão ser muito cobradas em provas futuras. Tenha, portanto, muita atenção.

Vamos analisar as disposições do Capítulo 2, que certamente também serão objeto de muitos questionamentos em provas de concursos públicos.

CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS

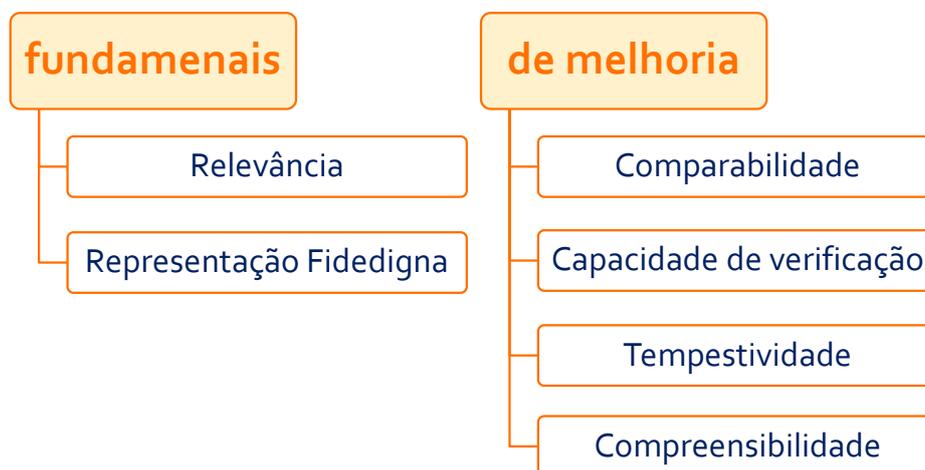
As **características qualitativas** de informações financeiras úteis discutidas neste Capítulo identificam os tipos de informações que tendem a ser mais **úteis** a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, para que tomem decisões sobre a entidade que reporta com base nas informações contidas em seu relatório financeiro (informações financeiras).

As características qualitativas de informações financeiras úteis se aplicam a informações financeiras fornecidas nas demonstrações contábeis, bem como a informações financeiras fornecidas de outras formas. O **custo**, que **é uma restrição generalizada** sobre a capacidade da entidade que reporta de fornecer informações financeiras úteis, se aplica de forma similar. Contudo, as considerações, ao se aplicarem as características qualitativas e a restrição de custo, podem ser diferentes para tipos diferentes de informações. Por exemplo, aplicá-las a informações prospectivas pode ser diferente de aplicá-las a informações sobre recursos econômicos e reivindicações existentes e a alterações nesses recursos e reivindicações.



Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser **relevantes** e **representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas** e **compreensíveis**.

Perceba, portanto, que há divisão das informações financeiras úteis em **fundamentais** e **de melhoria**.



Veja como estes conceitos despençam em prova!

(AOCF – ISS Cariacica/ES – 2020) Na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas da informação contábil-financeira são divididas em

- A) qualitativas fundamentais e qualitativas de melhoria.
- B) qualitativas da relevância e qualitativas da representação fidedigna.

C) qualitativas da essência sobre a forma e qualitativas da representação fidedigna.

D) qualitativas do conservadorismo e qualitativas da informação contábil.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

Com isso, correta a alternativa A.

GABARITO: A

(Quadrix – Auditor – CRO/GO – 2019) As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser **relevantes** e **representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis**.

Com isso, correta a assertiva.

GABARITO: C

(FUNDATEC – Auditor – Pref. Porto Alegre/RS – 2019) As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral são:

A) Autenticidade, objetividade, compreensibilidade, representação fidedigna, comparabilidade e verificabilidade.

B) Autenticidade, relevância, objetividade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

C) Objetividade, autenticidade, compreensibilidade, relevância, comparabilidade e verificabilidade.

D) Objetividade, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, autenticidade e verificabilidade.

E) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser **relevantes** e **representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis**.

Com isso, correta a alternativa E.

GABARITO: E

(Gestão – Assistente – EMATER/MG – 2018) De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, publicada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a informação contábil-financeira útil apresenta características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria.

Considerando o conteúdo da referida Estrutura Conceitual, é correto afirmar que uma característica qualitativa de melhoria é a

- A) relevância.
- B) materialidade.
- C) representação.
- D) compreensibilidade.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser **relevantes** e **representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis**.

Assim, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

(IF/TO – Ciências Contábeis – IF/TO – 2018) Conforme a legislação que trata das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta que evidencie características qualitativas:

- A) Relevância e representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- B) Universalidade, precaução, moralidade, competência, legalidade, tempestividade, prudência, relevância.
- C) Competência, relevância, oralidade, precaução, comparabilidade, universalidade, legalidade.
- D) Precaução, relevância, comparabilidade, oralidade, tempestividade, legalidade, representatividade.
- E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, precaução, tempestividade, representação fidedigna.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser **relevantes** e **representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis**.

Assim, correta a alternativa A.

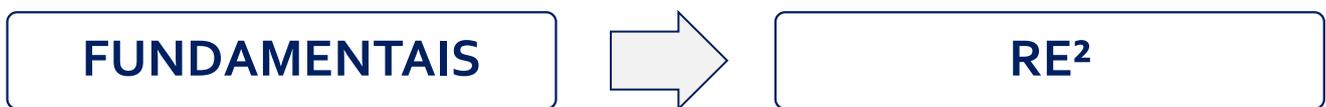
RESPOSTA: A

Características qualitativas fundamentais

As características qualitativas **fundamentais** são **relevância** e **representação fidedigna**.



Lembre-se, portanto, do mnemônico “RE²” para memorizar quais são as características qualitativas fundamentais.



(UECE – ISS Sobral/CE – 2018) As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira são:

- a) comparabilidade e objetividade.
- b) compreensibilidade e consistência.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) relevância e representação fidedigna.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as características qualitativas **fundamentais** são relevância e representação fidedigna.

Assim, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

(VUNESP – ISS Guarulhos/SP – 2019) De acordo com a Estrutura Conceitual (Resolução CFC nº 1.374/2011), são características fundamentais da informação contábil-financeira:

- A) Relevância e representação fidedigna.
- B) Relevância e compreensibilidade.
- C) Regime de competência e relevância.
- D) Regime de competência e consistência.
- E) Comparabilidade e verificabilidade.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as características qualitativas **fundamentais** são relevância e representação fidedigna.

Assim, correta a alternativa A.

RESPOSTA: A

(FGV – Analista Legislativo – AL/RO – 2018) De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro, as características qualitativas da informação contábil-financeira podem ser divididas em fundamentais e de melhoria.

Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais.

- A) Confiabilidade e materialidade.
- B) Relevância e representação fidedigna.
- C) Essência sobre a forma e neutralidade.
- D) Comparabilidade e tempestividade.
- E) Compreensibilidade e verificabilidade.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as características qualitativas **fundamentais** são relevância e representação fidedigna.

Com isso, correta a alternativa B.

RESPOSTA: B

(AOCP – Assessor – CM Maringá/PR – 2017) As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil são:

- a) relevância e representação fidedigna.
- b) comparabilidade e verificabilidade.
- c) tempestividade e compreensibilidade.
- d) relevância e tempestividade.
- e) comparabilidade e compreensibilidade.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as características qualitativas **fundamentais** são relevância e representação fidedigna.

Assim, correta a alternativa A.

RESPOSTA: A

(UFG – Assessor – UFG – 2017) Na estrutura conceitual básica da Contabilidade (Ibracon), também chamada de estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC), as informações contábeis devem apresentar características qualitativas. Esse documento não apresenta os princípios de contabilidade como elementos a serem considerados na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

É característica qualitativa fundamental da informação contábil a

- a) relevância.
- b) prudência.
- c) objetividade.
- d) oportunidade.

RESOLUÇÃO:

A Estrutura Conceitual Básica divide as características qualitativas da informação contábil-financeira em:

- (a) características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna), as mais críticas; e
- (b) características qualitativas de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

Assim, correta a alternativa A.

RESPOSTA: A

(CESPE – Técnico Judiciário – TRE-BA – 2017) De acordo com a estrutura conceitual do CPC, assinale a opção que apresenta as características qualitativas fundamentais da informação contábil.

- A) conservadorismo e neutralidade
- B) relevância e representação fidedigna
- C) comparabilidade e verificabilidade
- D) tempestividade e compreensibilidade
- E) confiabilidade e prudência

RESOLUÇÃO:

São características qualitativas **fundamentais** da informação contábil a **relevância** e a **representação fidedigna**.

Assim, correta a alternativa B.

RESPOSTA: B

Vamos analisar mais aspectos das duas características qualitativas fundamentais, iniciando pela relevância.

Relevância

Informações financeiras **relevantes** são **capazes de fazer diferença** nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos.

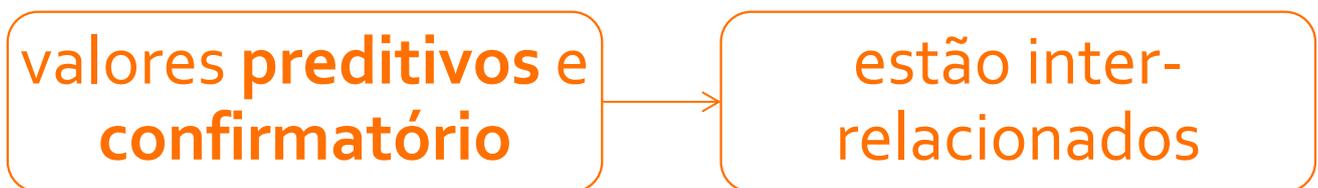


Informações financeiras têm valor preditivo se podem ser utilizadas como informações em processos empregados pelos usuários para prever resultados futuros. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

Por exemplo, o valor das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de período anterior tem valor preditivo, pois é utilizado como dado de entrada para projeção de valores a serem perdidos com créditos no futuro.

Informações financeiras têm valor confirmatório se fornecem feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores. No exemplo dado, as perdas efetivas futuras com créditos confirmariam o valor que foi estimado em anos anteriores.

Os valores preditivo e confirmatório das informações financeiras **estão inter-relacionados**. Informações que possuem valor preditivo frequentemente possuem também valor confirmatório. Por exemplo, informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem ajudar o usuário a corrigir e a melhorar os processos que foram utilizados para fazer essas previsões anteriores.



Vamos praticar mais questões!

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica a informação relevante, que é uma característica qualitativa fundamental, é aquela capaz de fazer a diferença decisões tomadas pelos usuários. No entanto, caso alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes ela perde tal característica, ou seja, deixa de ser considerada como relevante.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Informações financeiras têm valor preditivo se podem ser utilizadas como informações em processos empregados pelos usuários para prever resultados futuros. Informações financeiras não precisam ser previsões ou prognósticos para ter valor preditivo. Informações financeiras com valor preditivo são empregadas por usuários ao fazer suas próprias previsões.

Por exemplo, o valor das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de período anterior tem valor preditivo, pois é utilizado como dado de entrada para projeção de valores a serem perdidos com créditos no futuro.

Informações financeiras têm valor confirmatório se fornecem feedback sobre (confirmam ou alteram) avaliações anteriores. No exemplo dado, as perdas efetivas futuras com créditos confirmariam o valor que foi estimado em anos anteriores.

Os valores preditivo e confirmatório das informações financeiras **estão inter-relacionados**. Informações que possuem valor preditivo frequentemente possuem também valor confirmatório. Por exemplo, informações sobre receitas para o ano corrente, que podem ser utilizadas como base para prever receitas em anos futuros, também podem ser comparadas a previsões de receitas para o ano corrente que tenham sido feitas em anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem ajudar o usuário a corrigir e a melhorar os processos que foram utilizados para fazer essas previsões anteriores.

RESPOSTA: E

Materialidade

A informação é material se a sua **omissão, distorção** ou **obscuridade puder influenciar**, razoavelmente, as **decisões** que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. Em outras palavras, materialidade é um **aspecto de relevância** específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Conseqüentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.

Atenção!

A **materialidade** refere-se à **omissão, distorção ou obscuridade** de informações que possam influenciar as decisões dos usuários.

Não confunda este conceito com a **relevância**, que é aquela **capaz de fazer a diferença** nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

Vamos quebrar o gelo e analisar uma questão recente!

(IF-PE – Técnico – IF-PE – 2019) Os itens I a III, a seguir, versam sobre as características qualitativas da informação contábil. Leia-os atentamente e responda ao que se pede.

I. A relevância e a verificabilidade são características qualitativas fundamentais.

II. A comparabilidade e a compreensibilidade são características qualitativas de melhoria.

III. A materialidade é um aspecto da característica qualitativa da relevância.

Segundo o que expõe a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Resolução CFC nº 1.374/11), está(ão) CORRETA(S), apenas, a(s) proposição(ões)

- A) II.
- B) I.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) I e II.

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar as afirmativas apresentadas.

I. Incorreta. A **relevância** e a **representação fidedigna** são características qualitativas **fundamentais**.

II. Correta. A comparabilidade e a compreensibilidade, além da capacidade de verificação e tempestividade, são características qualitativas **de melhoria**.

III. Correta. A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual.

GABARITO: C**Representação fidedigna**

Relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar.

Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, **fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico**.

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa**, **neutra** e **isenta de erros**. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.



Veja como estes conceitos podem cair em sua prova!

(Quadrix – Auditor – Pref. Jataí/GO – 2019) As características qualitativas da informação contábil-financeira útil identificam os tipos de informação que muito provavelmente são reputadas como as mais

úteis para a tomada de decisões acerca da entidade que reporta com base na informação contida nos seus relatórios contábil-financeiros. A característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira que determina que a informação seja completa, neutra e livre de erro é a

- A) relevância.
- B) verificabilidade.
- C) representação fidedigna.
- D) tempestividade.
- E) compreensibilidade.

RESOLUÇÃO:

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa**, **neutra** e **isenta de erros**. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

Com isso, corra alternativa C.

GABARITO: C

A representação **completa** inclui **todas as informações necessárias** para que o usuário compreenda os fenômenos que estão sendo representados, inclusive todas as descrições e explicações necessárias. Por exemplo, a representação completa de grupo de ativos inclui, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos do grupo, a representação numérica de todos os ativos do grupo e a descrição daquilo que a representação numérica retrata (por exemplo, custo histórico ou valor justo). Para alguns itens, uma representação completa pode envolver também explicações de fatos significativos sobre a qualidade e natureza do item, fatores e circunstâncias que podem afetar sua qualidade e natureza e o processo utilizado para determinar a representação numérica.



A representação **neutra não é tendenciosa na seleção ou na apresentação** de informações financeiras. A representação neutra não possui inclinações, não é parcial, não é enfatizada ou deixa de ser enfatizada, nem é, de outro modo, manipulada para aumentar a probabilidade de que as informações financeiras serão recebidas de forma favorável ou desfavorável pelos usuários. Informações neutras não significam informações sem nenhum propósito ou sem nenhuma influência sobre o comportamento. Ao contrário, informações financeiras relevantes são, por definição, capazes de fazer diferença nas decisões dos usuários.

A neutralidade é apoiada pelo exercício da prudência. Prudência é o exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza. O exercício de prudência significa que ativos e receitas não estão superavaliados e passivos e despesas não estão subavaliados. Da mesma forma, o exercício de prudência não permite a subavaliação de ativos ou receitas ou a superavaliação de passivos ou despesas. Essas divulgações distorcidas podem levar à superavaliação ou subavaliação de receitas ou despesas em períodos futuros.

O exercício de prudência não implica necessidade de assimetria, por exemplo, a necessidade sistemática de evidência mais convincente para dar suporte ao reconhecimento de ativos ou receitas do que ao reconhecimento de passivos ou despesas. Essa assimetria não é característica qualitativa de informações financeiras úteis. Não obstante, determinados pronunciamentos podem conter requisitos assimétricos se isso for consequência de decisões que se destinam a selecionar as informações mais relevantes que representam fidedignamente o que pretendem representar.

Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. Livre de erros significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. Nesse contexto, **livre de erros não significa perfeitamente precisa em todos os aspectos.** Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser determinada como precisa ou imprecisa. Contudo, a representação dessa estimativa pode ser fidedigna se o valor for descrito de forma clara e precisa como sendo a estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro tiver sido cometido na escolha e na aplicação do processo apropriado para o desenvolvimento da estimativa.

Quando valores monetários em relatórios financeiros não puderem ser observados diretamente e, em vez disso, devem ser estimados, surge incerteza na mensuração. O **uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa.** Mesmo um elevado nível de incerteza na mensuração não impede necessariamente essa estimativa de fornecer informações úteis.

Vamos analisar algumas questões!

(CESPE – ICMS/AL – 2020) Uma das características qualitativas fundamentais da informação financeira é a representação fidedigna, que preconiza que as informações financeiras sejam representações fiéis da forma legal dos fenômenos que elas se propõem a representar.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Realmente uma das características qualitativas fundamentais é a **representação fidedigna**.

No entanto, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua **essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal**.

Com isso, incorreta a assertiva.

GABARITO: E

(CESPE – ICMS/DF – 2020) Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e sua realidade econômica, e não apenas para sua forma legal.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua **essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal**. Assim, por exemplo, no caso do arrendamento mercantil financeiro, a essência subjacente e a realidade econômica são a de que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil, em contraprestação de aceitar a obrigação de pagar por esse direito valor próximo do valor justo do ativo e o respectivo encargo financeiro. Dessa forma, o arrendamento mercantil financeiro dá origem a itens que satisfazem à definição de ativo e de passivo e, portanto, devem ser reconhecidos como tais no balanço patrimonial do arrendatário.

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

(CFC – Exame de Suficiência – Perito Contábil – 2017) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre fidedignidade da informação contábil-financeira (QC12), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, assinale a opção CORRETA.

A) A informação contábil representa um fenômeno. Para ser fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser relevante, justa e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

B) Para que a informação contábil-financeira seja fidedigna é necessário que ela seja relevante e represente o fenômeno declarado. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter dois atributos: completude e confiabilidade. É claro, a perfeição é possível, e de fato é alcançável.

C) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter quatro atributos. Ela tem que ter completude, neutralidade, relevância e tempestividade.

D) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica os relatórios financeiros representam fenômenos econômicos em palavras e números. **Para serem úteis, informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem**

representar. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa, neutra e isenta de erros.** Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

Assim, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

(Inédita) Para que a informação contábil-financeira seja útil, é preciso que seja relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. A esse respeito, relacione a COLUNA II com a COLUNA I, associando as denominações e as descrições e / ou definições às suas respectivas características qualitativas da informação contábil-financeira, conforme prescrito pela Estrutura Conceitual.

COLUNA I

1. Relevância
2. Materialidade
3. Representação fidedigna

COLUNA II

() Informações financeiras capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

() A informação tem essa característica se a omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.

() Possui três características: é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

Assinale a sequência correta.

- A) 1 2 3
- B) 3 2 1
- C) 2 3 1
- D) 2 1 3

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica informações financeiras **relevantes** são **capazes de fazer diferença** nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

A informação é **material** se a sua **omissão, distorção ou obscuridade** puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. Em outras palavras, materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto do relatório financeiro da entidade individual. Conseqüentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica.

Para ser **representação perfeitamente fidedigna**, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

GABARITO: A

(UFMG – Técnico – UFMG – 2019) Considere afirmações sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil:

- I. A relevância e a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais.
- II. Representação fidedigna significa exatidão em todos os aspectos.
- III. Comparabilidade, verificabilidade e tempestividade são características qualitativas de melhoria.
- IV. A informação contábil-financeira fidedigna é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

De acordo com a Resolução CFC n.º 1.374/11, está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões):

- A) I e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar as afirmativas apresentadas.

- I. Correta. A relevância e a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais.
- II. Incorreta. Representação fidedigna não significa representação precisa em todos os aspectos. Livre de erros significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno e que o processo utilizado para produzir as informações apresentadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo. Nesse contexto, livre de erros não significa perfeitamente precisa em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser determinada como precisa ou imprecisa. Contudo, a representação dessa estimativa pode ser fidedigna se o valor for descrito de forma clara e precisa como sendo a estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro tiver sido cometido na escolha e na aplicação do processo apropriado para o desenvolvimento da estimativa.

III. Correta. Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade, além da compreensibilidade, são características qualitativas **de melhoria**.

IV. Incorreta. Informações financeiras **relevantes** são **capazes de fazer diferença** nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

GABARITO: A

Aplicação das características qualitativas fundamentais

As informações devem tanto ser relevantes como fornecer representação fidedigna do que pretendem representar para serem úteis. Nem a representação fidedigna de fenômeno **irrelevante** nem a representação **não fidedigna** de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.

O processo mais eficiente e eficaz para aplicar as características qualitativas fundamentais é, normalmente, o seguinte (observados os efeitos de características de melhoria e a restrição de custo, os quais não são considerados neste exemplo). Em primeiro lugar, identificar o fenômeno econômico, informações sobre o que é capaz de ser útil para os usuários das informações financeiras da entidade que reporta. Em segundo lugar, identificar o tipo de informação sobre esse fenômeno que é mais relevante. Em terceiro lugar, determinar se essas informações estão disponíveis e se podem fornecer representação fidedigna do fenômeno econômico. Em caso afirmativo, o processo para satisfazer às características qualitativas fundamentais se encerra nesse ponto. Em caso negativo, o processo é repetido com o próximo tipo de informação mais relevante.

Em alguns casos, o ponto de equilíbrio (trade-off) entre as características qualitativas fundamentais pode precisar ser encontrado para atingir o objetivo do relatório financeiro, que é fornecer informações úteis sobre fenômenos econômicos. Por exemplo, as informações mais relevantes sobre um fenômeno podem ser uma estimativa altamente incerta. Em alguns casos, o nível de incerteza na mensuração envolvido na realização dessa estimativa pode ser tão alto que pode ser questionável se a estimativa forneceria representação suficientemente fidedigna desse fenômeno. Em alguns desses casos, a informação mais útil pode ser a estimativa altamente incerta, acompanhada pela descrição da estimativa e da explicação das incertezas que a afetam. Em outros casos, se essa informação não fornece representação suficientemente fidedigna desse fenômeno, a informação mais útil pode incluir uma estimativa de outro tipo que é ligeiramente menos relevante, mas que está sujeita a uma menor incerteza na mensuração. Em circunstâncias limitadas, pode não haver estimativa que forneça informações úteis. Nessas circunstâncias limitadas, pode ser necessário fornecer informações que não se baseiam em estimativa.

Vamos analisar uma questão recente sobre este tema?

(CESPE – ICMS/DF – 2020) Para ser útil, a informação contábil deve, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada: nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as informações devem tanto ser relevantes como fornecer representação fidedigna do que pretendem representar para serem úteis. **Nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.**

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

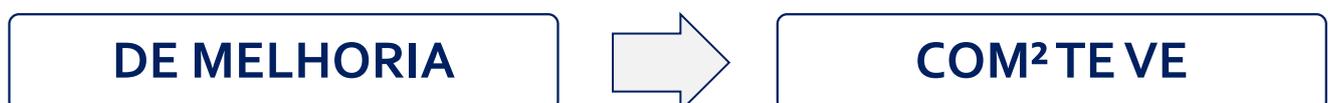
Características qualitativas de melhoria

Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que **melhoram** a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.



Como você vai memorizar as quatro características qualitativas de melhoria? Eu não me contive e elaborei um mnemônico! Olha lá, heim! Estou falando pra você que eu não me contive!

Portanto, você vai se lembrar que o Prof. Igor Cintra não se **COM² TE VE**.



Vamos resolver mais uma questão!

(COPEVE – Técnico – UFAL – 2019) De acordo com o CPC 00, são características qualitativas de melhoria da informação contábil-financeira:

- A) Compreensibilidade e representação fidedigna
- B) Relevância e verificabilidade
- C) Verificabilidade e tempestividade
- D) Relevância e representação fidedigna
- E) Continuidade e Tempestividade

RESOLUÇÃO:

Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade de informações que sejam tanto relevantes como forneçam representação fidedigna do que pretendem representar. As características qualitativas de melhoria podem também ajudar a determinar qual de duas formas deve ser utilizada para representar o fenômeno caso se considere que ambas fornecem informações igualmente relevantes e representação igualmente fidedigna desse fenômeno.



Com isso, correta a alternativa C.

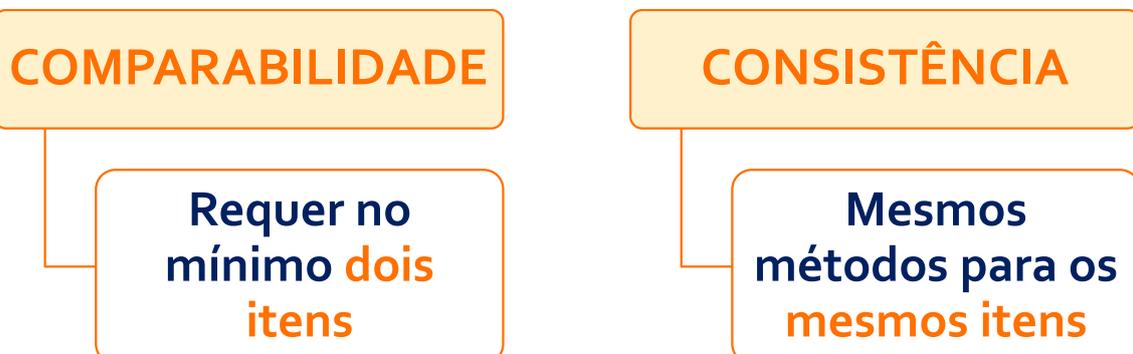
GABARITO: C

Comparabilidade

As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a **comparabilidade não se refere a um único item**. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

Consistência, embora relacionada à comparabilidade, não é a mesma coisa. Consistência refere-se ao **uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.



Comparabilidade não é uniformidade. Para que informações sejam comparáveis, coisas similares devem parecer similares e coisas diferentes devem parecer diferentes. A comparabilidade de informações financeiras

não é aumentada fazendo-se que coisas diferentes pareçam similares, tanto quanto se fazendo que coisas similares pareçam diferentes.

COMPARABILIDADE**UNIFORMIDADE**

É provável que se atinja certo grau de comparabilidade ao se satisfazer às características qualitativas fundamentais. A representação fidedigna de um fenômeno econômico relevante deve naturalmente possuir certo grau de comparabilidade com a representação fidedigna de fenômeno econômico relevante similar por outra entidade que reporta.

Embora um único fenômeno econômico possa ser representado de forma fidedigna de diversas formas, permitir métodos contábeis alternativos para o mesmo fenômeno econômico diminui a comparabilidade.

Analise a próxima questão!

(Quadrix – Contador – CFO – 2020) A informação acerca da entidade que reporta informação contábil-financeira será útil se puder ser comparada com informações similares geradas por outras entidades.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a **informações similares sobre outras entidades** e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

(COPESE – Contabilidade – ALEPI – 2020) Comparabilidade é uma das características qualitativa da informação contábil. Marque a opção que NÃO reflete essa característica considerada fundamental.

- a) Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade poderá estar relacionada com um único item.
- b) Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes.
- c) Algum grau de comparabilidade é possivelmente obtido por meio da satisfação das características qualitativas fundamentais, como a representação fidedigna.
- d) A consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo.

e) A consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar as alternativas propostas.

a) Incorreta. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. **A comparação exige, no mínimo, dois itens.**

b) Correta. **Comparabilidade não é uniformidade.** Para que informações sejam comparáveis, coisas similares devem parecer similares e coisas diferentes devem parecer diferentes. A comparabilidade de informações financeiras não é aumentada fazendo-se que coisas diferentes pareçam similares, tanto quanto se fazendo que coisas similares pareçam diferentes

c) Correta. **É provável que se atinja certo grau de comparabilidade ao se satisfazer às características qualitativas fundamentais.** A representação fidedigna de um fenômeno econômico relevante deve naturalmente possuir certo grau de comparabilidade com a representação fidedigna de fenômeno econômico relevante similar por outra entidade que reporta.

d) Correta. Segundo a Estrutura Conceitual básica consistência, embora relacionada à comparabilidade, **não é a mesma coisa.**

e) Correta. **Consistência** refere-se ao uso dos mesmos **métodos para os mesmos itens**, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.

GABARITO: A

(FGV – Contador – MPE/AL – 2018) O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro apresenta as características qualitativas da informação contábil-financeira útil.

Assinale a opção que indica a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam as similaridades dos itens e as diferenças entre eles.

- A) Representação fidedigna.
- B) Comparabilidade.
- C) Verificabilidade.
- D) Tempestividade.
- E) Compreensibilidade.

RESOLUÇÃO:

As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta. Consequentemente, informações sobre a

entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, **a comparabilidade não se refere a um único item**. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

Assim, correta a alternativa B.

RESPOSTA: B

Capacidade de verificação

A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que **diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso**, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

A verificação pode ser direta ou indireta. Verificação direta significa verificar o valor ou outra representação por meio de observação direta, por exemplo, contando-se dinheiro. Verificação indireta significa verificar os dados de entrada de modelo, fórmula ou outra técnica e recalculando os dados de saída utilizando a mesma metodologia. Um exemplo é verificar o valor contábil do estoque, checando as informações (quantidades e custos) e recalculando o estoque final, utilizando a mesma premissa de fluxo de custo (por exemplo, utilizando o método primeiro a entrar, primeiro a sair).

Verificar algumas explicações e informações financeiras prospectivas pode ser possível somente em período futuro, ou pode mesmo não ser possível. Para auxiliar os usuários a decidir se desejam utilizar essas informações, normalmente seria necessário divulgar as premissas subjacentes, os métodos de compilação das informações e outros fatores e circunstâncias que sustentam as informações.

(FUMARC – Técnico – CEMIG/MG – 2018) As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Portanto, as informações contábeis devem ser úteis para os seus usuários. A característica qualitativa de melhoria das demonstrações contábeis, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar, denomina-se:

- A) Compreensibilidade.
- B) Relevância.
- C) Tempestividade.
- D) Verificabilidade.

RESOLUÇÃO:

A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, embora não a acordo

necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna. Informações quantificadas não precisam ser uma estimativa de valor único para que sejam verificáveis. Uma faixa de valores possíveis e as respectivas probabilidades também podem ser verificadas.

Assim, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

Tempestividade

Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões **a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões**. De modo geral, quanto mais antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências.

Compreensibilidade

Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Alguns fenômenos são inerentemente complexos e pode não ser possível tornar a sua compreensão fácil. Excluir informações sobre esses fenômenos dos relatórios financeiros pode tornar mais fácil a compreensão das informações contidas nesses relatórios financeiros. Contudo, esses relatórios seriam incompletos e, portanto, possivelmente distorcidos.

Relatórios financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas e que revisam e analisam as informações de modo diligente. Algumas vezes, mesmo usuários bem informados e diligentes podem precisar buscar o auxílio de consultor para compreender informações sobre fenômenos econômicos complexos.

Aplicação das características qualitativas de melhoria

As características qualitativas **de melhoria devem ser maximizadas** tanto quanto possível. Contudo, as características qualitativas de melhoria, seja individualmente ou como grupo, não podem tornar informações úteis se essas informações forem irrelevantes ou não fornecerem representação fidedigna do que pretendem representar.

A aplicação das características qualitativas de melhoria é um processo iterativo que não segue uma ordem prescrita. Algumas vezes, a característica qualitativa de melhoria pode ter de ser diminuída para maximizar outra característica qualitativa de melhoria. Por exemplo, a redução temporária na comparabilidade como resultado da aplicação prospectiva de novo pronunciamento pode ser vantajosa para aumentar a relevância ou a representação fidedigna em longo prazo. Divulgações apropriadas podem compensar parcialmente a não comparabilidade.

(Inédita) Segundo o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro as características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas tanto quanto possível. Em virtude disso as características qualitativas de melhoria, seja individualmente ou como grupo, podem tornar informações úteis, mesmo que tais informações forem irrelevantes.

() CERTO

() ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas tanto quanto possível. Contudo, as características qualitativas de melhoria, seja individualmente ou como grupo, **não podem tornar informações úteis se essas informações forem irrelevantes** ou não fornecerem representação fidedigna do que pretendem representar.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E**Restrições do custo sobre relatórios financeiros úteis**

O **custo é uma restrição** generalizada sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório financeiro. O relatório de informações financeiras impõe custos, e **é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações**. Há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.

Os fornecedores de informações financeiras gastam a maior parte dos esforços envolvidos na coleta, processamento, verificação e disseminação de informações financeiras, mas, em última instância, os usuários arcam com esses custos na forma de retornos reduzidos. Os usuários de informações financeiras podem também incorrer em custos de análise e interpretação das informações fornecidas. Se as informações necessárias não são fornecidas, os usuários incorrem em custos adicionais para obter essas informações em qualquer outra parte ou para estimá-las.

A apresentação de informações financeiras que sejam relevantes e representem de forma fidedigna aquilo que pretendem representar ajuda os usuários a tomar decisões com mais confiança. Isso resulta no funcionamento mais eficiente dos mercados de capitais e no menor custo de capital para a economia como um todo. O investidor, mutuante ou outro credor individual recebe também os benefícios ao tomar decisões mais informadas. Contudo, não é possível aos relatórios financeiros para fins gerais fornecer todas as informações que cada usuário acredita serem relevantes.

Ao aplicar a restrição de custo, deve-se avaliar se é provável que os benefícios do relatório de informações específicas justificam os custos incorridos para fornecer e utilizar essas informações. Ao aplicar a restrição de custo no desenvolvimento de pronunciamento proposto, buscam-se informações de fornecedores de informações financeiras, usuários, auditores, acadêmicos e outros sobre a natureza e a quantidade esperada dos benefícios e custos desse pronunciamento. Na maior parte das situações, as avaliações se baseiam na combinação de informações quantitativas e qualitativas.

Devido à subjetividade inerente, as avaliações de diferentes indivíduos sobre os custos e benefícios da apresentação de itens específicos de informações financeiras variam. Portanto, procura-se considerar custos e benefícios em relação ao relatório financeiro, de modo geral, e, não apenas, em relação a entidades individuais que reportam. Isto não significa que as avaliações de custos e benefícios sempre justificam os mesmos requisitos de relatório para todas as entidades. Diferenças podem ser apropriadas por conta dos diferentes portes das entidades, diferentes formas de obtenção de capital (pública ou privada), diferentes necessidades dos usuários ou outros fatores.

(Quadrix – Contador – CFO – 2020) A entidade responsável pelo relatório contábil-financeiro deve avaliar se os custos incorridos na elaboração e na divulgação de uma informação em particular são justificados pelos benefícios proporcionados pelo uso de tal informação.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O **custo é uma restrição** generalizada sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório financeiro. O relatório de informações financeiras impõe custos, e **é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações.**

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

CAPÍTULO 3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A ENTIDADE QUE REPORTA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Capítulos 3 a 8 discutem as informações fornecidas nas demonstrações contábeis para fins gerais, que são uma forma específica de relatórios financeiros para fins gerais. As demonstrações contábeis fornecem informações sobre recursos econômicos da entidade que reporta; reivindicações contra a entidade e alterações nesses recursos; e reivindicações que atendem às definições dos elementos das demonstrações contábeis.

Objetivo e alcance das demonstrações contábeis

O objetivo das demonstrações contábeis é **fornecer informações** financeiras sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da entidade que reporta que sejam **úteis aos usuários** das demonstrações contábeis na avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a entidade que reporta e na avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

Essas informações são fornecidas:

- (a) no **balanço patrimonial**, ao reconhecer ativos, passivos e patrimônio líquido;
- (b) na **demonstração do resultado** e na **demonstração do resultado abrangente**, ao reconhecer receitas e despesas; e
- (c) em **outras demonstrações** e **notas explicativas**, ao apresentar e divulgar informações sobre:
 - (i) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas reconhecidos, incluindo informações sobre sua natureza e sobre os riscos resultantes desses ativos e passivos reconhecidos;
 - (ii) ativos e passivos que não foram reconhecidos, incluindo informações sobre sua natureza e sobre os riscos resultantes deles;
 - (iii) fluxos de caixa;
 - (iv) contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio e distribuições a eles; e
 - (v) os métodos, premissas e julgamentos utilizados na estimativa dos valores apresentados ou divulgados, e mudanças nesses métodos, premissas e julgamentos.

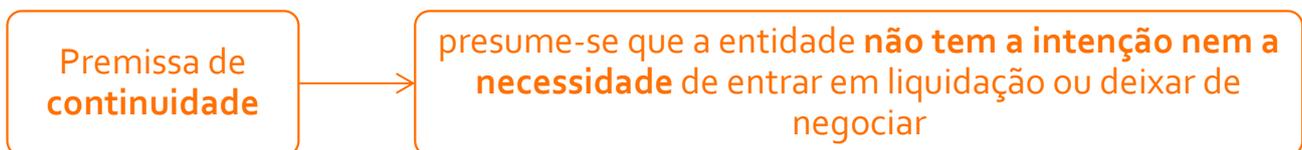
Para ajudar os usuários das demonstrações contábeis a identificarem e avaliarem mudanças e tendências, as demonstrações contábeis também fornecem informações comparativas de, **pelo menos, um período de relatório anterior.**

Perspectiva adotada nas demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista da entidade que reporta como um todo e, não, do ponto de vista de qualquer grupo específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais, da entidade.

Premissa de continuidade operacional

As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta **está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível.** Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.



Será que este conceito pode cair em sua prova?

(IBADE – Contador – Pref. Aracruz/ES – 2019) “As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade está em marcha e continuará em operação no futuro previsível”. Esse fragmento da NBC TG – Estrutura Conceitual faz referência à(ao):

- A) característica da tempestividade.
- B) premissa subjacente da continuidade.
- C) aspecto da consistência.
- D) manutenção do aspecto da fidedignidade.
- E) manutenção do aspecto da relevância.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Trata-se, portanto, da premissa subjacente da continuidade.

Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada.

GABARITO: B

(CESPE – Auditor do Estado – CAGE/RS – 2018) Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- A) relevância
- B) tempestividade
- C) essência econômica sobre a forma jurídica
- D) representação fidedigna
- E) continuidade

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Trata-se, portanto, da **premissa subjacente da continuidade**.

Com isso, correta a alternativa E.

RESPOSTA: E

(FGV – Analista Legislativo – AL/RO – 2018) As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, essa premissa é chamada de

- A) continuidade.
- B) entidade.
- C) essência sobre a forma.
- D) comparabilidade.
- E) tempestividade.

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica as demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Trata-se, portanto, da **premissa subjacente da continuidade**.

Com isso, correta a alternativa A.

RESPOSTA: A

Entidade que reporta

A entidade que reporta é a entidade que é obrigada a, ou decide, elaborar demonstrações contábeis. A entidade que reporta pode ser uma única entidade ou parte da entidade ou pode compreender mais de uma entidade. Uma entidade que reporta **não é** necessariamente uma entidade legal.

Demonstrações contábeis consolidadas e não consolidadas

As demonstrações contábeis **consolidadas** fornecem informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas tanto da **controladora como de suas controladas** como uma única entidade que reporta. Essas informações são úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, da controladora em sua avaliação das perspectivas para futuros fluxos de entrada de caixa líquidos para a controladora. Isso porque os fluxos de entrada de caixa líquidos para a controladora incluem distribuições para a controladora de suas controladas, e essas distribuições dependem de fluxos de entrada de caixa líquidos para as controladas.

Demonstrações contábeis consolidadas não se destinam a fornecer informações separadas sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas de qualquer controlada específica. As demonstrações contábeis próprias da controlada destinam-se a fornecer essas informações.

Demonstrações contábeis **não consolidadas** destinam-se a fornecer informações sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da controladora e, não, sobre aquelas de suas controladas. Essas informações podem ser úteis a investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, da controladora, porque:

- (a) a reivindicação contra a controladora normalmente não dá ao titular dessa reivindicação uma reivindicação contra as controladas; e
- (b) em algumas jurisdições, os valores que podem ser legalmente distribuídos aos detentores de direitos sobre o patrimônio contra a controladora dependem das reservas distribuíveis da controladora.

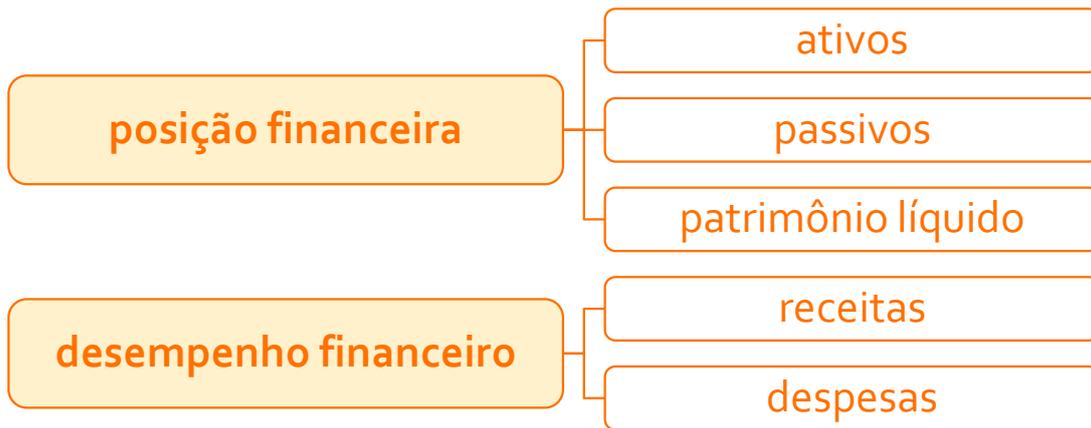
Outra forma de fornecer informações sobre parte ou a totalidade dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas apenas da controladora é nas demonstrações contábeis consolidadas, nas notas explicativas.

As informações fornecidas nas demonstrações contábeis não consolidadas normalmente não são suficientes para atender às necessidades de informações de investidores, mutuante e outros credores, existentes e potenciais, da controladora. Conseqüentemente, quando demonstrações contábeis consolidadas são requeridas, demonstrações contábeis não consolidadas não podem substituir demonstrações contábeis consolidadas. Não obstante, a controladora pode ser obrigada a, ou escolher, elaborar demonstrações contábeis não consolidadas adicionalmente às demonstrações contábeis consolidadas.

CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os elementos das demonstrações contábeis definidos nesta Estrutura Conceitual são:

- (a) ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à **posição financeira** da entidade que reporta; e
- (b) receitas e despesas, que se referem ao **desempenho financeiro** da entidade que reporta.



(UFMT – Técnico – UFT – 2019) Quais elementos das Demonstrações Contábeis na Estrutura Conceitual estão diretamente relacionados com a mensuração do desempenho?

- A) Ativo e Passivo
- B) Ativo e Patrimônio Líquido
- C) Receitas e Despesas
- D) Patrimônio Líquido e Passivo

RESOLUÇÃO:

Os elementos das demonstrações contábeis definidos nesta Estrutura Conceitual são:

- (a) ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à **posição financeira** da entidade que reporta; e
- (b) receitas e despesas, que se referem ao **desempenho financeiro** da entidade que reporta.

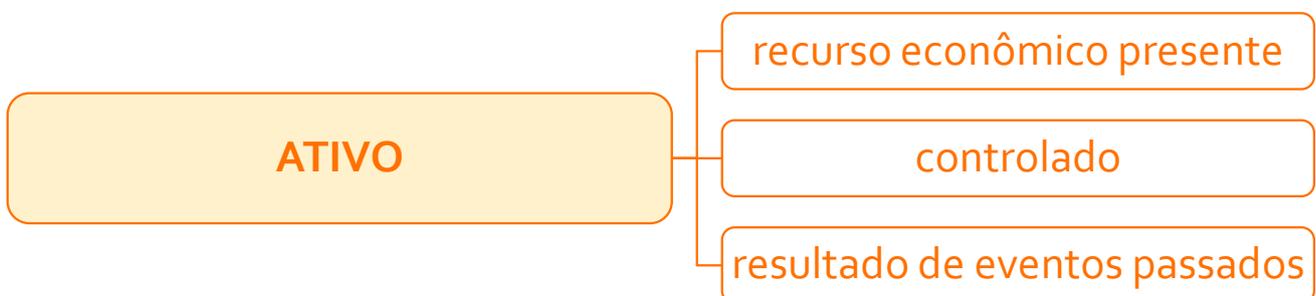
Com isso, correta a alternativa C.

GABARITO: C

Vamos analisar as principais características dos elementos das Demonstrações Contábeis.

Definição de Ativo

Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.



Recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos.

Esta seção discute três aspectos dessas definições:

- (a) direito;
- (b) potencial de produzir **benefícios econômicos**; e
- (c) **controle**.

Veja como isso pode ser cobrado em sua prova!

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica ativo é um recurso econômico presente de propriedade da entidade como resultado de eventos passados.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ativo é um recurso econômico presente **controlado** pela entidade como resultado de eventos passados.

Não há, portanto, na definição de ativo menção à necessidade da propriedade do item para fins de existência de um ativo.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

(Inédita) Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, os recursos econômicos presente controlados pela entidade como resultado de eventos passados são denominados de

- a) ativos.
- b) capitais.
- c) investimentos.
- d) receitas.

RESOLUÇÃO:

Ativo é um recurso econômico presente **controlado** pela entidade como resultado de eventos passados.

Assim, correta a alternativa A.

RESPOSTA: A

Direito

Direitos que têm o potencial de produzir benefícios econômicos assumem muitas formas, incluindo:

- (a) direitos que **correspondem à obrigação de outra parte**, por exemplo:
 - (i) direitos de receber caixa;
 - (ii) direitos de receber produtos ou serviços;
 - (iii) direitos de trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis. Esses direitos incluem, por exemplo, contrato a termo para comprar um recurso econômico em condições que são atualmente favoráveis ou a opção de comprar um recurso econômico;

(iv) direitos de beneficiar-se de obrigação de outra parte para transferir um recurso econômico se ocorrer evento futuro incerto especificado;

(b) direitos que **não correspondem à obrigação de outra parte**, por exemplo:

(i) direitos sobre bens corpóreos, tais como imobilizado ou estoques. Exemplos desses direitos são direito de utilizar bens corpóreos ou direito de beneficiar-se do valor residual de objeto arrendado;

(ii) direitos de utilizar propriedade intelectual.

Muitos direitos são estabelecidos por contrato, legislação ou meios similares. Por exemplo, a entidade pode obter direitos de deter ou arrendar bem corpóreo, de deter instrumento de dívida ou instrumento patrimonial, ou de deter patente registrada. Contudo, a entidade também pode obter direitos de outras formas, por exemplo:

(a) adquirindo ou criando know-how que não seja de domínio público; ou

(b) por meio do surgimento de obrigação de outra parte devido a essa outra parte não ter capacidade prática para agir de maneira inconsistente com suas práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas.

Alguns produtos e serviços – por exemplo, serviços de empregados – são recebidos e consumidos imediatamente. O direito da entidade de obter os benefícios econômicos produzidos por esses produtos ou serviços existe momentaneamente até que a entidade consuma os produtos ou serviços.

Nem todos os direitos da entidade são ativos dessa entidade – para serem ativos da entidade, os direitos devem ter tanto o potencial de produzir para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes como serem controlados pela entidade. Por exemplo, direitos disponíveis para todas as partes sem custo significativo – como direitos de acesso a bens públicos, tais como direitos públicos de passagem, ou know-how que seja de domínio público – normalmente não são ativos para as entidades que os detêm.

A entidade não pode ter direito de obter benefícios econômicos de si mesma. Portanto:

(a) instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais emitidos pela entidade e recomprados e detidos por ela – por exemplo, ações em tesouraria – **não são recursos econômicos dessa entidade**; e

(b) se a entidade que reporta consiste em mais de entidade legal, instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais emitidos por uma dessas entidades legais e mantidos por outra dessas entidades legais não são recursos econômicos da entidade que reporta.

A princípio, cada um dos direitos da entidade é ativo separado. Contudo, para fins contábeis, direitos relacionados geralmente são tratados como uma única unidade de conta que é um único ativo. Por exemplo, a propriedade legal de bem corpóreo pode resultar em diversos direitos, incluindo:

(a) o direito de usar o objeto;

(b) o direito de vender direitos sobre o objeto;

(c) o direito de empenhar direitos sobre o objeto; e

(d) outros direitos não listados nas alíneas de (a) a (c).

Em muitos casos, o conjunto de direitos decorrentes da propriedade legal de bem corpóreo é contabilizado como um único ativo. Conceitualmente, o recurso econômico é o conjunto de direitos e, não, o bem corpóreo. Não obstante, descrever o conjunto de direitos como o bem corpóreo geralmente fornece representação fidedigna desses direitos de forma mais concisa e compreensível.

Em alguns casos, é incerto se existe o direito. Por exemplo, a entidade e outra parte podem disputar se a entidade tem direito de receber recurso econômico dessa outra parte. Até que essa incerteza de existência seja resolvida – por exemplo, por decisão de tribunal – é incerto se a entidade tem direito e, conseqüentemente, se existe ativo.

Potencial de produzir benefícios econômicos

Um recurso econômico é um direito que tem o **potencial** de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, não precisa ser certo, ou mesmo provável, que esse direito produzirá benefícios econômicos. É necessário somente que o direito já exista e que, em pelo menos uma circunstância, produzirá para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes.

Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, pode ser um ativo, **mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa**. Não obstante, essa baixa probabilidade pode afetar decisões sobre quais informações fornecer sobre o ativo e como fornecer essas informações, incluindo decisões sobre se o ativo é reconhecido e como é mensurado.

Um recurso econômico pode produzir benefícios econômicos para a entidade ao autorizá-la ou ao permiti-la fazer, por exemplo, um ou mais dos seguintes atos:

- (a) receber fluxos de caixa contratuais ou outro recurso econômico;
- (b) trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis;
- (c) produzir fluxos de entrada de caixa ou evitar fluxos de saída de caixa, por exemplo:
 - (i) utilizando o recurso econômico individualmente ou em combinação com outros recursos econômicos para produzir produtos ou prestar serviços;
 - (ii) utilizando o recurso econômico para melhorar o valor de outros recursos econômicos; ou
 - (iii) arrendando o recurso econômico a outra parte;
- (d) receber caixa ou outros recursos econômicos por meio da venda do recurso econômico; ou
- (e) extinguir passivos por meio da transferência do recurso econômico.

Há uma associação próxima entre incorrer em gastos e adquirir ativos, mas os dois não coincidem necessariamente. Assim, quando a entidade incorre em gastos, isso pode fornecer evidência de que a entidade buscou benefícios econômicos futuros, mas não fornece prova conclusiva que a entidade obteve um ativo. Similarmente, a ausência de gasto relacionado não impede que o item atenda à definição de ativo. Ativos podem incluir, por exemplo, direitos que o governo outorgou à entidade gratuitamente ou que outra parte doou à entidade.

(Inédita) Em consonância com a Estrutura Conceitual Básica conclui-se que os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do benefício econômico futuro esperado.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, **não precisa ser certo**, ou mesmo provável, que esse direito produzirá benefícios econômicos. É necessário somente que o direito já exista e que, em pelo menos uma circunstância, produzirá para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

(Inédita) Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, **pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa**. Não obstante, essa baixa probabilidade pode afetar decisões sobre quais informações fornecer sobre o ativo e como fornecer essas informações, incluindo decisões sobre se o ativo é reconhecido e como é mensurado.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: C

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Um recurso econômico pode produzir benefícios econômicos para a entidade ao autorizá-la ou ao permiti-la fazer um ou mais dos seguintes atos, EXCETO:

- a) receber fluxos de caixa contratuais ou outro recurso econômico.
- b) trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis.
- c) evitar fluxos de entrada de caixa ou produzir fluxos de saída de caixa,
- d) receber caixa ou outros recursos econômicos por meio da venda do recurso econômico.
- (e) extinguir passivos por meio da transferência do recurso econômico.

RESOLUÇÃO:

Um recurso econômico pode produzir benefícios econômicos para a entidade ao autorizá-la ou ao permiti-la fazer, por exemplo, um ou mais dos seguintes atos:

- (a) receber fluxos de caixa contratuais ou outro recurso econômico;
- (b) trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis;
- (c) **produzir** fluxos de entrada de caixa ou **evitar** fluxos de saída de caixa, por exemplo:
 - (i) utilizando o recurso econômico individualmente ou em combinação com outros recursos econômicos para produzir produtos ou prestar serviços;
 - (ii) utilizando o recurso econômico para melhorar o valor de outros recursos econômicos; ou
 - (iii) arrendando o recurso econômico a outra parte;
- (d) receber caixa ou outros recursos econômicos por meio da venda do recurso econômico; ou

(e) extinguir passivos por meio da transferência do recurso econômico.

Com isso, incorreta a alternativa C.

GABARITO: C

Controle

Controle vincula um recurso econômico à entidade. Avaliar se existe controle ajuda a identificar o recurso econômico que a entidade contabiliza. Por exemplo, a entidade pode controlar parcela proporcional na propriedade sem controlar os direitos decorrentes da posse de toda a propriedade. Nesses casos, o ativo da entidade é a parcela na propriedade que ela controla e, não, os direitos decorrentes da posse de toda a propriedade, que ela não controla.

A entidade controla um recurso econômico se ela tem a **capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele**. Controle inclui a capacidade presente de impedir outras partes de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios econômicos que podem fluir dele. Ocorre que, se uma parte controla um recurso econômico, nenhuma outra parte controla esse recurso.

A entidade tem a capacidade presente de direcionar o uso de recurso econômico se tiver o direito de empregar esse recurso econômico em suas atividades, ou de permitir que outra parte empregue o recurso econômico nas atividades dessa outra parte.

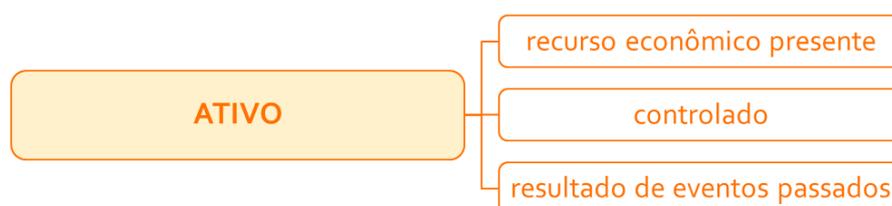
O controle de recurso econômico geralmente resulta da capacidade de fazer cumprir os direitos legais. Contudo, também pode haver controle se a entidade possui outros meios de assegurar que ela, e nenhuma outra parte, possui a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios que possam fluir dele. Por exemplo, a entidade pode controlar o direito de utilizar know-how que não seja de domínio público se a entidade tiver acesso ao know-how e a capacidade presente de manter o know-how em sigilo, mesmo se esse know-how não estiver protegido por patente registrada.

(CESPE – Analista – TJ/AM – 2019) Uma entidade que controla determinado recurso, mas que não detém a sua propriedade, não deve reconhecê-lo como ativo na contabilidade, pois, independentemente de qualquer condição, tal recurso não se enquadra na definição de ativo.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ativo é um recurso econômico presente **controlado** pela entidade como resultado de eventos passados.



A entidade controla um recurso econômico se ela tem a **capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele**.

Segundo a Estrutura Conceitual Básica (R2) em muitas circunstâncias a essência de fenômeno econômico e sua forma legal são as mesmas. **Se não forem as mesmas, fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico.**

Perceba, portanto, que o controle não depende da propriedade legal do item, razão pela qual a afirmativa está incorreta.

GABARITO: E

(Quadrix – Auditor – CRO/GO – 2019) Para que um elemento seja registrado no ativo da entidade, deve ser verificado o controle desse recurso por meio de sua propriedade legal.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Ativo é um recurso econômico presente **controlado** pela entidade como resultado de eventos passados.

Perceba, portanto, que o controle não depende da propriedade legal do item, razão pela qual a afirmativa está incorreta.

GABARITO: E

(Inédita) O controle de recurso econômico geralmente resulta da capacidade de fazer cumprir os direitos legais. Segundo a Estrutura Conceitual Básica a entidade pode controlar o direito de utilizar know-how que não seja de domínio público se a entidade tiver acesso ao know-how e a capacidade presente de manter o know-how em sigilo, desde que esse know-how esteja protegido por patente registrada.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

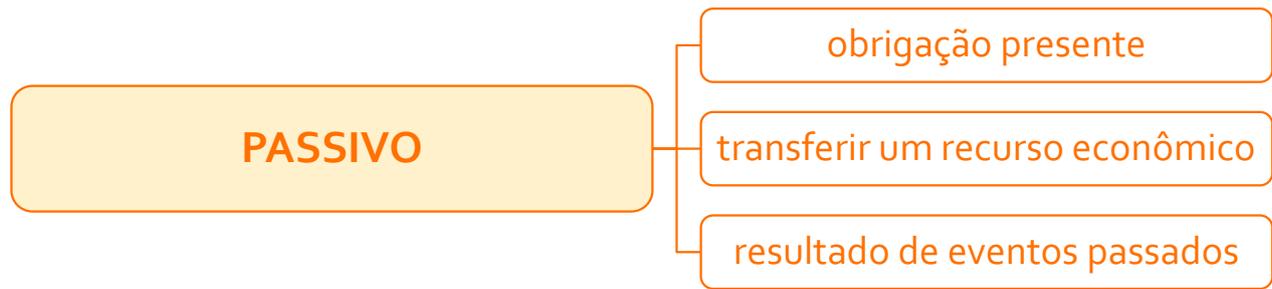
Segundo a Estrutura Conceitual Básica o controle de recurso econômico geralmente resulta da capacidade de fazer cumprir os direitos legais. Contudo, também pode haver controle se a entidade possui outros meios de assegurar que ela, e nenhuma outra parte, possui a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e de obter os benefícios que possam fluir dele. Por exemplo, a entidade pode controlar o direito de utilizar know-how que não seja de domínio público se a entidade tiver acesso ao know-how e a capacidade presente de manter o know-how em sigilo, **mesmo se esse know-how não estiver protegido por patente registrada.**

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

Definição de Passivo

Passivo é uma obrigação **presente** da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.



Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- (a) a entidade tem uma **obrigação**;
- (b) a obrigação é de **transferir um recurso econômico**; e
- (c) a obrigação é uma **obrigação presente** que existe como resultado de eventos passados

Como este conceito pode cair em sua prova?

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica passivo é uma obrigação futura da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Passivo é uma **obrigação presente** (e não futura) da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

(VUNESP – Contador – Câmara de Sertãozinho/SP – 2019) A estrutura conceitual da contabilidade define que uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha

- A) uma obrigação presente.
- B) um contrato assinado.
- C) uma obrigação futura.
- D) uma saída de recurso.
- E) uma despesa incorrida.

RESOLUÇÃO:

Passivo é uma **obrigação presente** da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

A partir disso vamos analisar as alternativas apresentadas.

a) Correta. Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos: (a) a entidade tem uma obrigação; (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico; e (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados.

b) Incorreta. A obrigação não decorre necessariamente de contrato assinado. Pode decorrer, por exemplo, de práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade se a entidade não tem capacidade prática de agir de modo inconsistente com essas práticas, políticas ou declarações. A obrigação que surge nessas situações é denominada, às vezes, "obrigação presumida".

c) Incorreta. A obrigação deve ser presente (e não futura). O que vai ocorrer no futuro é a liquidação de tal obrigação!

d) Incorreta. Em regra, a liquidação de uma obrigação exige uma saída de recursos. No entanto, é possível que determinada obrigação seja liquidada sem a correspondente saída de recursos. Esse é o caso, por exemplo, do perdão de uma dívida ou prescrição de obrigações tributárias.

e) Incorreta. Nem sempre a existência de passivo tem relação com despesas incorridas. A compra de mercadoria a prazo, por exemplo, não envolve apropriação de despesa e gera a obrigação correspondente para a entidade.

GABARITO: A

Obrigação

O primeiro critério para o passivo é que a entidade tenha a **obrigação**.

A obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar. A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes). A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral. **Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.**

Se a parte tem obrigação de transferir um recurso econômico, ocorre que outra parte (ou partes) tem o direito de receber esse recurso econômico. Contudo, um requisito para uma parte reconhecer o passivo e mensurá-lo a um valor específico não implica que outra parte (ou partes) deve reconhecer um ativo ou mensurá-lo pelo mesmo valor. Por exemplo, determinados pronunciamentos podem conter diferentes critérios de reconhecimento ou requisitos de mensuração para o passivo de uma parte e o ativo correspondente da outra parte (ou partes) se esses critérios ou requisitos diferentes são consequência de decisões destinadas a selecionar as informações mais relevantes que representam fidedignamente o que pretendem representar.

Muitas obrigações são estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares e são legalmente exigíveis pela parte (ou partes) para quem são devidas. Obrigações **também podem resultar, contudo, de práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas** da entidade se a entidade não tem capacidade prática de agir de modo inconsistente com essas práticas, políticas ou declarações. A obrigação que surge nessas situações é denominada, às vezes, "obrigação presumida".

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. A obrigação existe desde que a entidade consiga identificar com confiabilidade a quem ela é devida.

() CERTO

() ERRADO

RESOLUÇÃO:

Passivo é uma **obrigação presente** da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

O primeiro critério para o passivo é que a entidade tenha a obrigação.

A obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar. A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes). A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral. **Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.**

GABARITO: A

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica a existência de obrigação relacionada a passivo apenas existe se forem estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Muitas obrigações são estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares e são legalmente exigíveis pela parte (ou partes) para quem são devidas. Obrigações **também podem resultar, contudo, de práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas** da entidade se a entidade não tem capacidade prática de agir de modo inconsistente com essas práticas, políticas ou declarações. A obrigação que surge nessas situações é denominada, às vezes, "obrigação presumida".

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: A**Transferência de recurso econômico**

O segundo critério para um passivo é que a obrigação seja de **transferir um recurso econômico**.

Para satisfazer a esse critério, a obrigação deve ter o potencial de exigir que a entidade transfira um recurso econômico para outra parte (ou partes). Para que esse potencial exista, **não é necessário que seja certo, ou mesmo provável**, que a entidade será obrigada a transferir um recurso econômico – a transferência pode, por exemplo, ser obrigada somente se ocorrer evento futuro incerto especificado. É necessário somente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.

A obrigação pode atender à definição de passivo, mesmo se a probabilidade de transferência de recurso econômico for baixa. Não obstante, essa baixa probabilidade pode afetar decisões sobre quais informações fornecer sobre o passivo e como fornecer essas informações, incluindo decisões sobre se o passivo é reconhecido e como é mensurado.

Obrigações de transferir um recurso econômico incluem, por exemplo:

- (a) obrigações de pagar o valor à vista;
- (b) obrigações de entregar produtos ou prestar serviços;

- (c) obrigações de trocar recursos econômicos com outra parte em condições desfavoráveis. Essas obrigações incluem, por exemplo, contrato a termo para vender um recurso econômico em condições que são atualmente desfavoráveis ou a opção que dá direito à outra entidade de comprar um recurso econômico da entidade;
- (d) obrigações de transferir um recurso econômico se ocorrer evento futuro incerto específico;
- (e) obrigações de emitir instrumento financeiro se esse instrumento financeiro obrigar a entidade a transferir um recurso econômico.

Em vez de satisfazer a obrigação de transferir um recurso econômico para a parte que tem o direito de receber esse recurso, as entidades, às vezes, decidem, por exemplo:

- (a) liquidar a obrigação negociando a dispensa da obrigação;
- (b) transferir a obrigação a terceiro; ou
- (c) substituir essa obrigação de transferir um recurso econômico por outra obrigação celebrando nova transação.

Obrigação presente como resultado de eventos passados

O terceiro critério para um passivo é que a obrigação seja uma **obrigação presente** que exista como resultado de **eventos passados**.

A obrigação presente existe como resultado de eventos passados somente se:

- (a) a entidade já tiver obtido benefícios econômicos ou tomado uma ação; e
- (b) como consequência, a entidade terá ou poderá ter que transferir um recurso econômico que de outro modo não teria que transferir.

Os benefícios econômicos obtidos podem incluir, por exemplo, produtos ou serviços. A ação tomada pode incluir, por exemplo, operar determinado negócio ou operar em determinado mercado. Se forem obtidos benefícios econômicos, ou a ação for tomada, ao longo do tempo, a obrigação presente resultante pode acumular-se ao longo desse tempo.

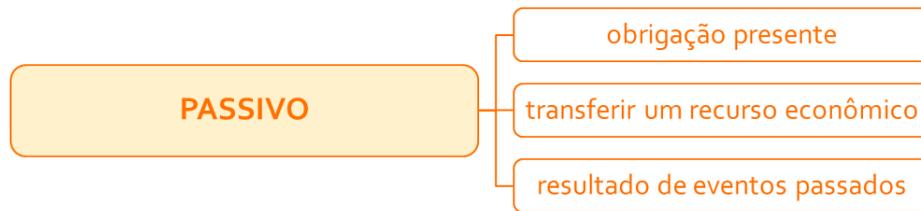
Se nova legislação é promulgada, surge uma obrigação presente somente quando, como consequência da obtenção de benefícios econômicos ou tomada de ação à qual essa legislação se aplica, a entidade tiver ou puder ter que transferir um recurso econômico que, de outro modo, não teria que transferir. A promulgação de legislação não é, em si, suficiente para atribuir à entidade uma obrigação presente. De modo similar, a prática usual, política publicada ou declaração específica da entidade resulta na obrigação presente somente quando, como consequência da obtenção de benefícios econômicos, ou tomada de ação, à qual essa prática, política ou declaração se aplica, a entidade tiver ou puder ter que transferir um recurso econômico que de outro modo não teria que transferir.

(CESPE – Analista – TJ/AM – 2019) A forma legal é o elemento determinante para se concluir que uma obrigação se enquadra ou não na definição de passivo.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.



Muitas obrigações são estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares e são legalmente exigíveis pela parte (ou partes) para quem são devidas.

Obrigações também podem resultar, contudo, de **práticas usuais, políticas publicadas ou declarações específicas da entidade** se a entidade não tem capacidade prática de agir de modo inconsistente com essas práticas, políticas ou declarações. A obrigação que surge nessas situações é denominada, às vezes, "obrigação presumida".

Sendo assim, a forma legal **não é** o elemento determinante para se concluir que uma obrigação se enquadra ou não na definição de passivo.

GABARITO: E

Definição de Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido é a **participação residual** nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo Exigível}$$

Direitos sobre o patrimônio líquido são direitos sobre a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos. Em outras palavras, são reivindicações contra a entidade que não atendem à definição de passivo. Essas reivindicações podem ser estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares, e incluem, na medida em que não atendem à definição de passivo:

- (a) ações de diversos tipos emitidas pela entidade; e
- (b) algumas obrigações da entidade de emitir outro direito sobre o patrimônio líquido.

Diferentes classes de direitos sobre o patrimônio líquido, tais como ações ordinárias e ações preferenciais, podem conferir a seus titulares diferentes direitos, por exemplo, direitos de receber a totalidade ou parte dos seguintes itens do patrimônio líquido:

- (a) dividendos, se a entidade decide pagar dividendos aos titulares elegíveis;
- (b) proventos pelo cumprimento dos direitos sobre o patrimônio líquido, seja integralmente na liquidação, ou parcialmente em outras ocasiões; ou
- (c) outros direitos sobre o patrimônio líquido.

Analise as próximas questões!

(AOCP – ISS Cariacica/ES – 2020) É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Esse elemento é denominado

- a) capital a integralizar.

- b) patrimônio líquido.
- c) ajuste de avaliação patrimonial.
- d) propriedade para investimento.

RESOLUÇÃO:

Patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Com isso, correta a alternativa B.

GABARITO: B

(Inédita) Nos termos da estrutura conceitual básica os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

I. Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados..

II. Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

III. Patrimônio líquido é o interesse total nos ativos monetários da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos e demais custos.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas
- D) II e III, apenas.

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar os itens apresentados.

I. Correta. **Ativo** é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

II. Correta. **Passivo** é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

III. Incorreta. **Patrimônio líquido** é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

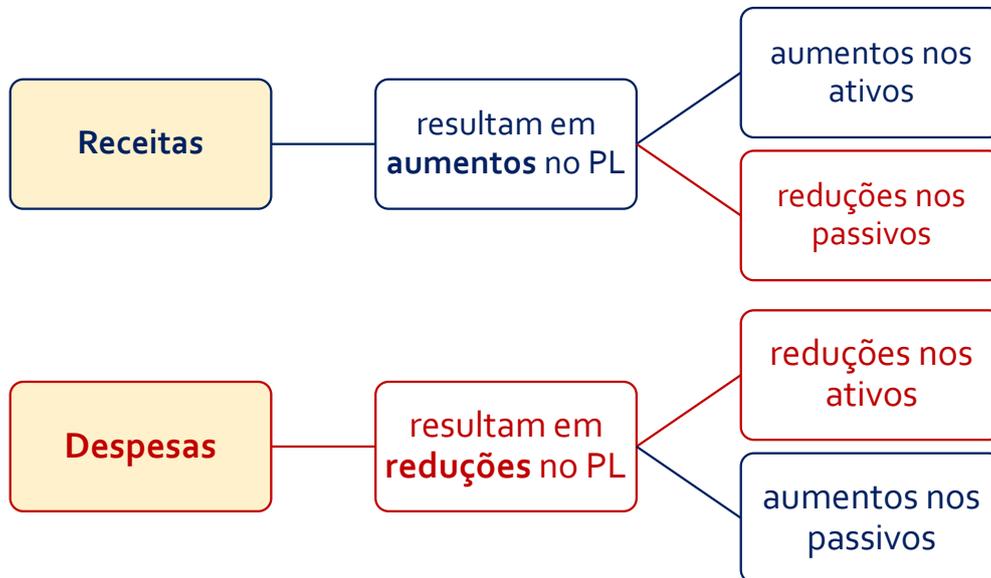
Assim, correta a alternativa B.

RESPOSTA: B

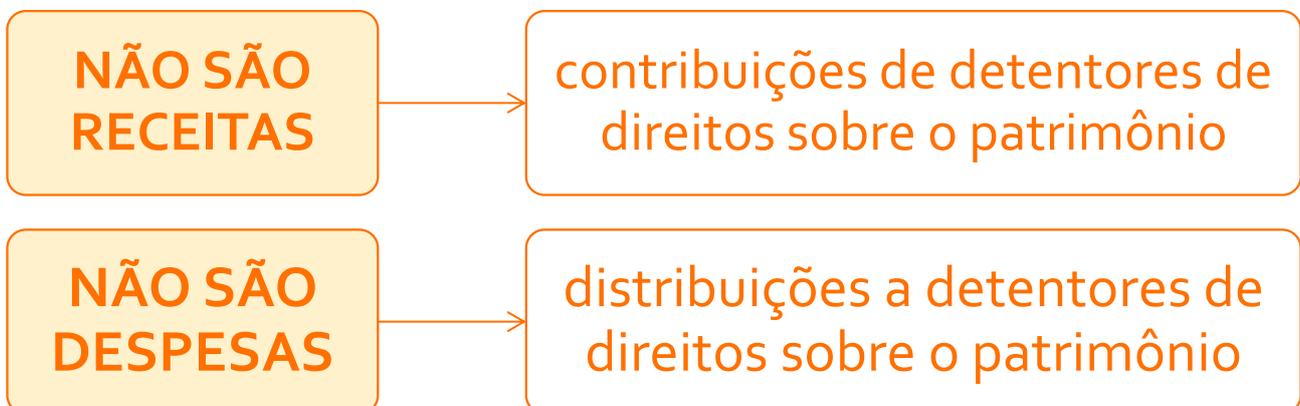
Definição de Receita e Despesa

Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.



Decorre dessas definições de receitas e despesas que **contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio não são receitas**, e **distribuições a detentores de direitos sobre o patrimônio não são despesas**.



Exemplo 1: a integralização de Capital Social não é considerada como Receita, muito embora resulte, em regra, em aumento do Patrimônio Líquido.

Exemplo 2: a distribuição de dividendos não é considerada como Despesa, muito embora resulte na diminuição do Patrimônio Líquido.

Receitas e despesas são os elementos das demonstrações contábeis que se referem ao **desempenho financeiro** da entidade. Os usuários das demonstrações contábeis precisam de informações tanto sobre a posição financeira da entidade como de seu desempenho financeiro. Assim, embora receitas e despesas sejam definidas em termos de mudanças em ativos e passivos, informações sobre receitas e despesas são tão importantes como informações sobre ativos e passivos.

(Quadrix – Auditor – CRO/GO – 2019) Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica **receitas** são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, **exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio**.

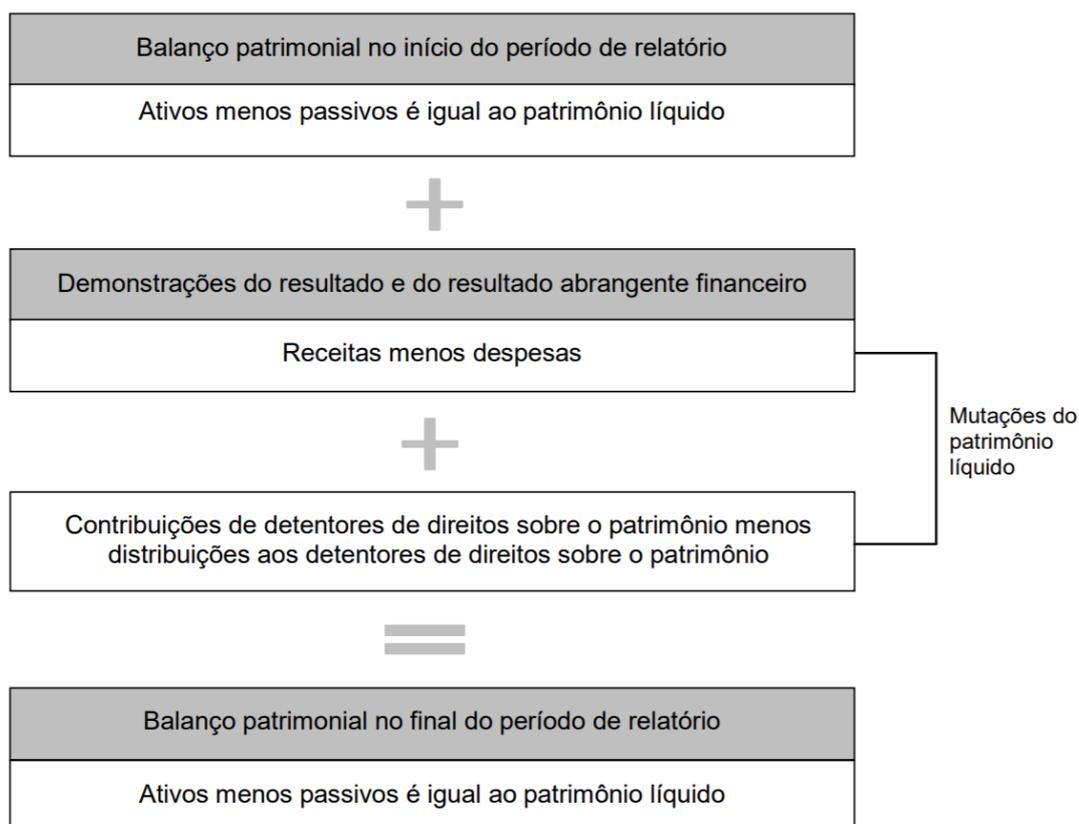
Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

CAPÍTULO 5 – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente de item que **atenda à definição** de um dos elementos das demonstrações contábeis – ativo, passivo, patrimônio líquido, receita ou despesa. Reconhecimento envolve refletir o item em uma dessas demonstrações – seja isoladamente ou em conjunto com outros itens – em palavras e por meio do valor monetário, e incluir esse valor em um ou mais totais nessa demonstração. O valor pelo qual ativo, passivo ou patrimônio líquido é reconhecido no balanço patrimonial é referido como o seu “valor contábil”.

A Estrutura Conceitual Básica fornece um diagrama que ilustra como o reconhecimento vincula os elementos das demonstrações contábeis.



O reconhecimento inicial de ativos ou passivos decorrentes de transações ou outros eventos pode resultar no reconhecimento simultâneo tanto de receitas como das respectivas despesas. Por exemplo, a venda de produtos à vista resulta no reconhecimento de receita (do reconhecimento do ativo – caixa) e da despesa (do desreconhecimento de outro ativo – produtos vendidos). O reconhecimento simultâneo das receitas e das respectivas despesas, às vezes, é referido como a confrontação entre custos e receitas. A aplicação dos conceitos nesta Estrutura Conceitual leva a essa confrontação quando resulta do reconhecimento de mudanças nos ativos e nos passivos. Contudo, a confrontação entre custos e receitas não é objetivo desta Estrutura Conceitual. Esta Estrutura Conceitual não permite o reconhecimento no balanço patrimonial de itens que não atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido.

Critérios de reconhecimento

Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial. Similarmente, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente. **Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.**

Não reconhecer um item que atenda à definição de um dos elementos torna o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente menos completos e pode excluir informações úteis das demonstrações contábeis. Por outro lado, **em algumas circunstâncias**, reconhecer alguns itens que atendem à definição de um dos elementos **não forneceria informações úteis**. O ativo ou passivo é reconhecido somente se o reconhecimento desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes fornece aos usuários das demonstrações contábeis informações que são úteis, ou seja:

- (a) **informações relevantes** sobre o ativo ou passivo e sobre quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes; e
- (b) **representação fidedigna** do ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes

Assim como o **custo restringe** outras decisões de relatório financeiro, também restringe decisões de reconhecimento. Há um custo para reconhecer um ativo ou passivo. Os responsáveis (preparadores) pela elaboração das demonstrações contábeis incorrem em custos na obtenção da mensuração relevante de ativo ou passivo. Os usuários das demonstrações contábeis também incorrem em custos de análise e interpretação das informações fornecidas. **O ativo ou passivo deve ser reconhecido se é provável que os benefícios das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis pelo reconhecimento justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações.** Em alguns casos, os custos do reconhecimento podem superar seus benefícios.

Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios. O que é útil aos usuários depende do item e dos fatos e circunstâncias. Conseqüentemente, é necessário julgamento ao decidir se deve reconhecer um item, e assim os requisitos de reconhecimento podem precisar variar entre os pronunciamentos e dentro destes.

Ao tomar decisões sobre reconhecimento, é importante considerar as informações que seriam dadas se o ativo ou passivo não fosse reconhecido. Por exemplo, se nenhum ativo é reconhecido quando se incorre em gasto, a

despesa deve ser reconhecida. Ao longo do tempo, o reconhecimento da despesa pode, em alguns casos, fornecer informações úteis, por exemplo, informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis identificarem tendências.

Mesmo se o item que atende à definição de ativo ou passivo não seja reconhecido, a entidade pode precisar fornecer informações sobre esse item nas notas explicativas. É importante considerar como tornar essas informações suficientemente visíveis para compensar a ausência do item do sumário estruturado fornecido pelo balanço patrimonial e, se aplicável, pela demonstração do resultado e pela demonstração do resultado abrangente.

Relevância

As informações sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas são relevantes para os usuários das demonstrações contábeis. Contudo, o reconhecimento de ativo ou passivo específico e quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes nem sempre podem fornecer informações relevantes. Esse pode ser o caso se, por exemplo:

- (a) é **incerto** se existe ativo ou passivo; ou
- (b) existe ativo ou passivo, mas a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos é **baixa**.

Baixa probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos

O ativo ou passivo **pode existir** mesmo se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa.

Se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa, as informações mais relevantes sobre o ativo ou passivo podem ser informações sobre a magnitude das possíveis entradas ou saídas, sua época possível e os fatores que afetam a probabilidade de sua ocorrência. A localização típica dessas informações é nas notas explicativas.

Incerteza na mensuração

Para que o ativo ou passivo seja reconhecido, ele deve ser mensurado. Em muitos casos, essas mensurações **devem ser estimadas** e, portanto, estão sujeitas a incerteza na mensuração. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e **não prejudica a utilidade das informações** se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo o elevado nível de incerteza na mensuração não impede, necessariamente, essa estimativa de fornecer informações úteis.

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica o uso de estimativas é parte essencial da elaboração de informações financeiras e, conseqüentemente, prejudica a utilidade das informações.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e **não prejudica** a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa. Mesmo o elevado nível de incerteza na mensuração não impede, necessariamente, essa estimativa de fornecer informações úteis.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

CAPÍTULO 6 – MENSURAÇÃO

Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são **quantificados em termos monetários**. Isso exige a seleção de uma **base de mensuração**. A base de mensuração é uma característica identificada – por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento – de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas.

É provável que a consideração das características qualitativas de informações financeiras úteis e da restrição de custo resulte na seleção de diferentes bases de mensuração para diferentes ativos, passivos, receitas e despesas.

(FCM – Controlador – Pref. Caranaíba/MG – 2019) É correto afirmar que o reconhecimento contábil de ativos, passivos, receitas e despesas deve estar pautado em dois requisitos básicos que antecedem o seu registro que são:

- A) eficiência da geração de resultados futuros / economicidade.
- B) probabilidade de futuros benefícios econômicos / confiabilidade da mensuração.
- C) evidência da legalidade do registro / apuração do nível de risco.
- D) confiabilidade da mensuração / avaliação do custo-benefício.

RESOLUÇÃO:

Ativo é um **recurso econômico** presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

Passivo, por sua vez, é uma obrigação presente da entidade de transferir um **recurso econômico** como resultado de eventos passados.

Recurso econômico, por definição, é um direito que tem o **potencial de produzir benefícios econômicos**.

Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, não precisa ser certo, ou mesmo provável, que esse direito produzirá benefícios econômicos. É necessário somente que o direito já exista e que, em pelo menos uma circunstância, produzirá para a entidade benefícios econômicos além daqueles disponíveis para todas as outras partes.

Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis, como ativos, passivos, receitas e despesas, são **quantificados em termos monetários**. Isso exige a seleção de uma **base de mensuração**. A base de mensuração é uma característica identificada – por exemplo, custo histórico, valor justo ou valor de cumprimento – de item sendo mensurado. Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas

GABARITO: B

Bases de Mensuração

Custo histórico

A mensuração ao **custo histórico** fornece informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações derivadas, pelo menos em parte, do **preço da transação ou outro evento que deu origem a eles**. Diferentemente do valor atual, o custo histórico **não reflete as mudanças nos valores**, exceto na medida em que essas mudanças se referirem à redução ao valor recuperável de ativo ou passivo que se torna onerosa.

custo histórico

preço da transação ou outro evento que deu origem a eles

O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos **custos incorridos na aquisição ou criação do ativo**, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo mais custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo menos custos de transação.

As informações fornecidas mensurando o ativo ou passivo ao custo histórico podem ser relevantes para os usuários das demonstrações contábeis, pois o custo histórico utiliza informações derivadas, pelo menos em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem ao ativo ou passivo.

Normalmente, se a entidade adquiriu o ativo em transação recente em termos de mercado, a **entidade espera que o ativo forneça benefícios econômicos suficientes para que a entidade pelo menos recupere o custo do ativo**. Similarmente, se o passivo foi incorrido ou assumido como resultado de transação recente em termos de mercado, a entidade espera que o valor da obrigação de transferir recursos econômicos para satisfazer à obrigação normalmente não será maior do que o valor da contraprestação recebida menos os custos de transação. Assim, mensurar o ativo ou passivo ao custo histórico nesses casos fornece informações relevantes tanto sobre o ativo ou passivo como sobre o preço da transação que deu origem a esse ativo ou passivo.

(Inédita) O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo menos custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo mais custos de transação.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor **dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo**, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo **mais** custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo **menos** custos de transação.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

Valor atual

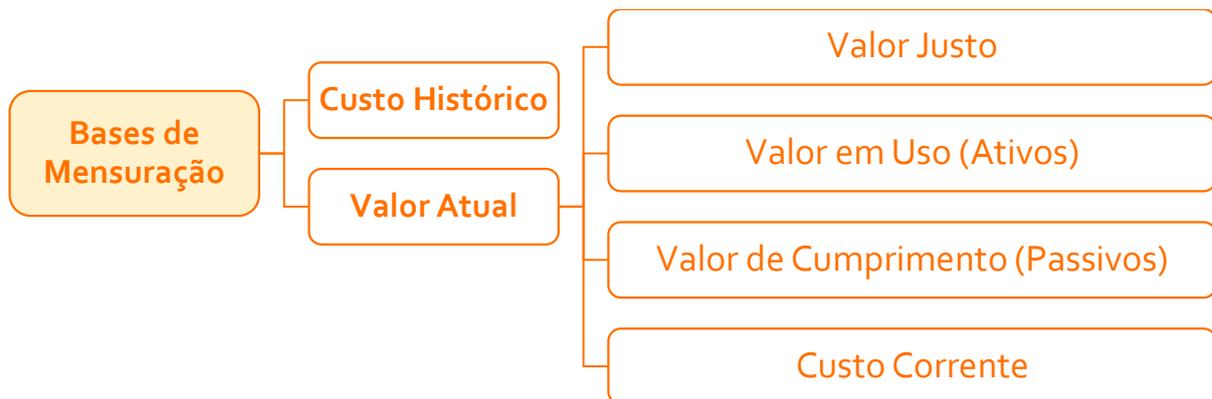
As mensurações ao valor atual fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações atualizadas para refletir condições **na data de mensuração**. Devido à atualização, os valores atuais de ativos e passivos refletem as mudanças, desde a data de mensuração anterior, em estimativas de fluxos de caixa e outros fatores refletidos nesses valores atuais. Diferentemente do custo histórico, o valor atual de ativo ou passivo não resulta, mesmo em parte, do preço da transação ou outro evento que deu origem ao ativo ou passivo.



As bases de mensuração do **valor atual** incluem:

- (a) **valor justo**;
- (b) **valor em uso** de ativos e **valor de cumprimento** de passivos; e
- (c) **custo corrente**.

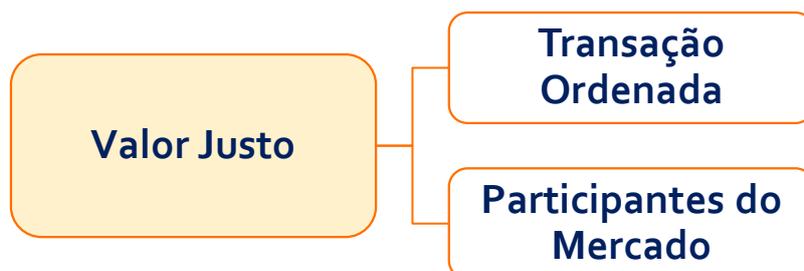
Sendo assim, até aqui temos as seguintes bases de mensuração:



Vamos analisar tais bases de mensuração.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em **transação ordenada** entre **participantes do mercado** na data de mensuração.



O valor justo reflete a perspectiva dos **participantes do mercado** – participantes em mercado ao qual a entidade tem acesso. O ativo ou passivo é mensurado utilizando as mesmas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou passivo se esses participantes do mercado agirem em seu melhor interesse econômico.

Em alguns casos, o valor justo pode ser determinado diretamente, **observando-se os preços em mercado ativo**. Em outros casos, o valor justo é determinado indiretamente utilizando **técnicas de mensuração**, por exemplo, baseadas em fluxo de caixa, refletindo todos os seguintes fatores:

- (a) estimativas de fluxos de caixa futuros;
- (b) possíveis variações no valor estimado ou época dos fluxos de caixa futuros do ativo ou passivo que estiver sendo mensurado, causadas pela incerteza inerente aos fluxos de caixa;
- (c) o valor do dinheiro no tempo;
- (d) o preço para suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa (prêmio de risco ou desconto de risco). O preço para suportar essa incerteza depende da medida dessa incerteza. Também reflete o fato de que investidores geralmente pagariam menos pelo ativo (e geralmente exigem mais para assumir um passivo) que possui fluxos de caixa incertos do que pelo ativo (ou passivo) cujos fluxos de caixa são certos;
- (e) outros fatores, por exemplo, liquidez, se os participantes do mercado levariam esses fatores em consideração nas circunstâncias.

As informações fornecidas mensurando ativos e passivos ao valor justo podem ter valor preditivo porque o valor justo reflete as atuais expectativas dos participantes do mercado sobre o valor, época e incerteza de fluxos de caixa futuros. Essas expectativas são precificadas de modo que reflitam as atuais preferências de risco dos participantes do mercado. Essas informações também podem ter valor confirmatório, fornecendo feedback sobre expectativas anteriores.

Receitas e despesas que refletem as atuais expectativas dos participantes do mercado podem ter algum valor preditivo, pois essas receitas e despesas podem ser usadas como dado para prever futuras receitas e despesas. Essas receitas e despesas também podem ajudar na avaliação da eficiência e eficácia da administração da entidade no cumprimento de suas responsabilidades sobre o uso dos recursos econômicos da entidade.

Valor em uso e valor de cumprimento

Valor em uso é o **valor presente** dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

O valor em uso fornece informações sobre o valor presente dos fluxos de caixa estimados do uso de ativo e de sua alienação final. Essas informações podem ter valor preditivo porque podem ser utilizadas ao avaliar as perspectivas de futuros fluxos de entrada de caixa líquidos.

valor em uso

valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter pelo uso de ativo e sua alienação final

Valor de cumprimento é o **valor presente** do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação. Esses valores de caixa ou outros recursos econômicos incluem não somente os valores a serem transferidos à contraparte do passivo, mas também os valores que a entidade espera ser obrigada a transferir a outras partes de modo a permitir que ela cumpra a obrigação.

O valor de cumprimento fornece informações sobre o valor presente dos fluxos de caixa estimados necessários para satisfazer o passivo. Assim, o valor de cumprimento pode ter valor preditivo, particularmente se a obrigação for cumprida, em vez de transferida ou liquidada por negociação.

**valor de
cumprimento**

**valor presente do caixa que a entidade
espera ser obrigada a transferir para
cumprir a obrigação**

Como o valor em uso e o valor de cumprimento baseiam-se em fluxos de caixa futuros, eles não incluem custos de transação incorridos ao adquirir o ativo ou assumir o passivo. Entretanto, o valor em uso e o valor de cumprimento incluem o valor presente de quaisquer custos de transação que a entidade espera incorrer na alienação final do ativo ou no cumprimento do passivo.

O valor em uso e o valor de cumprimento **não podem ser observados diretamente** e são determinados utilizando técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa. O valor em uso e o valor de cumprimento refletem os mesmos fatores descritos para valor justo, como:

- (a) estimativas de fluxos de caixa futuros;
- (b) possíveis variações no valor estimado ou época dos fluxos de caixa futuros do ativo ou passivo que estiver sendo mensurado, causadas pela incerteza inerente aos fluxos de caixa;
- (c) o valor do dinheiro no tempo;
- (d) o preço para suportar a incerteza inerente aos fluxos de caixa (prêmio de risco ou desconto de risco). O preço para suportar essa incerteza depende da medida dessa incerteza. Também reflete o fato de que investidores geralmente pagariam menos pelo ativo (e geralmente exigem mais para assumir um passivo) que possui fluxos de caixa incertos do que pelo ativo (ou passivo) cujos fluxos de caixa são certos;
- (e) outros fatores, por exemplo, liquidez, se os participantes do mercado levariam esses fatores em consideração nas circunstâncias.

No entanto, o **valor em uso** reflete tais fatores da **perspectiva específica da entidade** e, não, da perspectiva de participantes do mercado.

(Inédita) Valor em uso é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Valor em uso é o **valor presente** dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.

Valor de cumprimento é o **valor presente** do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

(Inédita) O valor em uso e o valor de cumprimento não podem ser observados diretamente e são determinados utilizando técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O valor em uso e o valor de cumprimento não podem ser observados diretamente e são determinados utilizando técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa. O valor em uso e o valor de cumprimento refletem os mesmos fatores descritos para valor justo, **mas da perspectiva específica da entidade** e, não, da perspectiva de participantes do mercado.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: C

Custo corrente

O custo corrente de ativo é o custo de ativo equivalente **na data de mensuração**, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data.

custo corrente

data da mensuração

O custo corrente de passivo é a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data. Custo corrente, como custo histórico, é o **valor de entrada**: reflete preços no mercado em que a entidade adquiriria o ativo ou incorreria no passivo. Assim, é diferente do valor justo, valor em uso e valor de cumprimento, que são **valores de saída**. Contudo, diferentemente de custo histórico, custo corrente reflete condições na data de mensuração.

Em alguns casos, custo corrente não pode ser determinado diretamente observando preços em mercado ativo e deve ser determinado indiretamente por outros meios. Por exemplo, se os preços estão disponíveis somente para novos ativos, o custo corrente de ativo usado pode precisar ser estimado, ajustando o preço corrente de novo ativo para refletir a idade atual e condição do ativo mantido pela entidade.



As informações sobre ativos e passivos mensurados ao custo corrente podem ser relevantes porque o custo corrente reflete o custo pelo qual ativo equivalente poderia ser adquirido ou criado na data de mensuração ou a contraprestação que seria recebida por incorrer ou assumir passivo equivalente.

Assim como o custo histórico, o custo corrente fornece informações sobre o custo de ativo consumido ou sobre receita do cumprimento de passivos. Essas informações podem ser utilizadas para obter as margens correntes e podem ser utilizadas como dado para prever margens futuras. Diferentemente do custo histórico, **o custo corrente reflete os preços vigentes no momento do consumo ou cumprimento**. Quando as mudanças de preço são significativas, as margens baseadas em custo corrente podem ser mais úteis para prever margens futuras do que as margens baseadas em custo histórico.

(Inédita) O custo histórico e o custo corrente refletem valores de entrada. No entanto, diferentemente do custo histórico, o custo corrente reflete os preços vigentes no momento do consumo ou cumprimento

() CERTO

() ERRADO

RESOLUÇÃO:

O custo corrente de passivo é a contraprestação que seria recebida pelo passivo equivalente na data de mensuração menos os custos de transação que seriam incorridos nessa data. Custo corrente, como custo histórico, é o **valor de entrada**: reflete preços no mercado em que a entidade adquiriria o ativo ou incorreria no passivo. Assim, é diferente do valor justo, valor em uso e valor de cumprimento, que são **valores de saída**. Contudo, diferentemente de custo histórico, custo corrente reflete condições na data de mensuração.

Assim como o custo histórico, o custo corrente fornece informações sobre o custo de ativo consumido ou sobre receita do cumprimento de passivos. Essas informações podem ser utilizadas para obter as margens correntes e podem ser utilizadas como dado para prever margens futuras. Diferentemente do custo histórico, **o custo corrente reflete os preços vigentes no momento do consumo ou cumprimento**. Quando as mudanças de preço são significativas, as margens baseadas em custo corrente podem ser mais úteis para prever margens futuras do que as margens baseadas em custo histórico.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: C

Vamos realizar uma comparação das principais características das bases de mensuração analisadas.

Balanco Patrimonial				
	Custo histórico	Valor justo	Valor em uso	Custo corrente
ATIVO	Custo histórico, na medida do não consumido ou não cobrado, e recuperável	Preço que seria recebido para vender o ativo	Valor presente de fluxos de caixa futuros do uso do ativo e de sua alienação final	Custo corrente, na medida do não consumido ou não cobrado, e recuperável
PASSIVO	A contraprestação recebida por assumir a parte não cumprida do passivo, acrescida pelo excedente de fluxos de saída de caixa estimados sobre a contraprestação recebida.	Preço que seria pago para transferir a parte não cumprida do passivo	Valor presente de fluxos de caixa futuros que surgirá no cumprimento da parte não cumprida do passivo	A contraprestação que seria atualmente recebida por assumir a parte não cumprida do passivo, acrescida pelo excedente de fluxos de saída de caixa estimados sobre essa contraprestação

Características qualitativas de melhoria e a restrição de custo

As características qualitativas de melhoria de comparabilidade, compreensibilidade e verificação, e a restrição de custo, têm implicações para a escolha da base de mensuração. A característica qualitativa de melhoria de tempestividade não tem implicações específicas para mensuração.

Assim como custo restringe outras decisões de relatório financeiro, também restringe a escolha da base de mensuração. Portanto, ao selecionar a base de mensuração, é importante considerar se é provável que os benefícios das informações fornecidas a usuários das demonstrações contábeis por essa base de mensuração **justificam os custos de fornecer e utilizar essas informações**.

Utilizar consistentemente as mesmas bases de mensuração para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades, pode ajudar a tornar as demonstrações contábeis mais comparáveis.

A mudança na base de mensuração pode tornar as demonstrações contábeis menos compreensíveis. Contudo, a mudança pode ser justificada se outros fatores compensarem a redução na compreensibilidade, por exemplo, se a mudança resulta em informações mais relevantes. Se a mudança é feita, os usuários das demonstrações contábeis podem precisar de informações explicativas para permitir que eles compreendam o efeito dessa mudança.

A compreensibilidade depende parcialmente de como muitas bases de mensuração diferentes são utilizadas e se elas mudam ao longo do tempo. **Em geral, se mais bases de mensuração são utilizadas em conjunto das demonstrações contábeis, as informações resultantes tornam-se mais complexas e, conseqüentemente, menos compreensíveis** e os totais ou subtotais no balanço patrimonial e na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente tornam-se menos informativos. Contudo, pode ser apropriado utilizar mais bases de mensuração se isso for necessário para fornecer informações úteis.

A verificação é melhorada utilizando bases de mensuração que resultam em mensurações que podem ser independentemente corroboradas diretamente, por exemplo, observando os preços, ou indiretamente, por exemplo, verificando dados de entrada de modelo. Se a mensuração não pode ser verificada, os usuários das demonstrações contábeis podem precisar de informações explicativas para permitir que eles compreendam

como a mensuração foi determinada. Em alguns desses casos, pode ser necessário especificar o uso de base de mensuração diferente.

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica utilizar de forma consistente as mesmas bases de mensuração para os mesmos itens auxilia os usuários, como credores e investidores, existentes e em potencial, no processo de comparação das informações contábeis.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Utilizar consistentemente as mesmas bases de mensuração para os mesmos itens, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades, pode ajudar a tornar as demonstrações contábeis mais comparáveis

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

(Inédita) Em regra, segundo a Estrutura Conceitual Básica quanto maior o número de bases de mensuração utilizadas melhor será a compreensibilidade das informações divulgadas.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica a compreensibilidade depende parcialmente de como muitas bases de mensuração diferentes são utilizadas e se elas mudam ao longo do tempo. **Em geral, se mais bases de mensuração são utilizadas em conjunto das demonstrações contábeis, as informações resultantes tornam-se mais complexas e, conseqüentemente, menos compreensíveis** e os totais ou subtotais no balanço patrimonial e na demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente tornam-se **menos informativos**. Contudo, pode ser apropriado utilizar mais bases de mensuração se isso for necessário para fornecer informações úteis.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

Custo Histórico

Em muitas situações, é mais simples e, portanto, menos custoso, mensurar o custo histórico do que mensurar o valor corrente. Além disso, as mensurações determinadas aplicando a base de mensuração de custo histórico geralmente são bem compreendidas e, em muitos casos, verificáveis.

Contudo, estimar consumo e identificar e mensurar perdas por redução ao valor recuperável ou passivos onerosos pode ser subjetivo. Conseqüentemente, o custo histórico de ativo ou passivo pode, às vezes, ser tão difícil de mensurar ou verificar como valor corrente.

Ao utilizar a base de mensuração de custo histórico, ativos idênticos adquiridos, ou passivos incorridos, em diferentes ocasiões podem ser apresentados nas demonstrações contábeis com diferentes valores. Isso pode

reduzir a comparabilidade, tanto de período a período para a entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica utilizar o custo histórico como base de mensuração pode reduzir a comparabilidade das informações contábeis, dado que itens idênticos podem ser apresentados por valores distintos.

CERTO ERRADO

RESOLUÇÃO:

Em muitas situações, é mais simples e, portanto, menos custoso, mensurar o custo histórico do que mensurar o valor corrente. Além disso, as mensurações determinadas aplicando a base de mensuração de custo histórico geralmente são bem compreendidas e, em muitos casos, verificáveis.

Ao utilizar a base de mensuração de custo histórico, ativos idênticos adquiridos, ou passivos incorridos, em diferentes ocasiões podem ser apresentados nas demonstrações contábeis com diferentes valores. Isso pode reduzir a comparabilidade, tanto de período a período para a entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades.

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

Valor Atual

Como o valor justo é determinado da perspectiva dos participantes do mercado e, não, da perspectiva específica da entidade, e é independente de quando o ativo foi adquirido ou o passivo foi incorrido, ativos ou passivos idênticos mensurados ao valor justo são, a princípio, mensurados pelo mesmo valor por entidade que têm acesso aos mesmos mercados. Isso pode melhorar a comparabilidade, tanto de período a período para a entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Por outro lado, como o valor em uso e o valor de cumprimento refletem uma perspectiva específica da entidade, essas mensurações podem diferir para ativos ou passivos idênticos em diferentes entidades. Essas diferenças podem reduzir a comparabilidade, especialmente se os ativos ou passivos contribuem para fluxos de caixa de maneira similar.

Se o valor justo de ativo ou passivo pode ser determinado diretamente observando os preços em mercado ativo, o processo de mensuração ao valor justo é de baixo custo, simples e fácil de entender; e o valor justo pode ser verificado por meio de observação direta.

Técnicas de avaliação, às vezes incluindo o uso de técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa, podem ser necessárias para estimar o valor justo quando isso não puder ser observado diretamente em mercado ativo e geralmente forem necessárias ao determinar o valor em uso e o valor de cumprimento. Dependendo das técnicas utilizadas:

- (a) estimar dados de entrada para a avaliação e aplicar a técnica de avaliação **pode ser custoso e complexo;**
- (b) os dados de entrada do processo podem ser subjetivos e pode ser difícil verificar tanto os dados de entrada como a validade do processo em si. Consequentemente, as mensurações de ativos ou passivos idênticos podem diferir. Isso reduz a comparabilidade.

Em muitos casos, o valor em uso não pode ser determinado significativamente para ativo individual usado em combinação com outros ativos. Em vez disso, o valor em uso é determinado para grupo de ativos e o resultado pode então precisar ser alocado a ativos individuais. Esse processo pode ser subjetivo e arbitrário. Além disso, as estimativas de valor em uso para ativo podem inadvertidamente refletir o efeito de sinergias com outros ativos no grupo. Consequentemente, determinar o valor em uso de ativo utilizado em combinação com outros ativos pode ser um processo custoso e sua complexidade e subjetividade reduzir a capacidade de verificação. Por esses motivos, o valor em uso pode não ser base de mensuração prática para remensurações regulares desses ativos. Contudo, **pode ser útil para remensurações ocasionais de ativos**, por exemplo, quando for utilizado em **teste de redução ao valor recuperável** para determinar se o custo histórico é totalmente recuperável.

Ao utilizar base de mensuração de **custo corrente**, ativos idênticos adquiridos, ou passivos incorridos, em diferentes ocasiões, são apresentados nas demonstrações contábeis **com os mesmos valores**. Isso pode **melhorar a comparabilidade**, tanto de período a período para a entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Contudo, determinar o custo corrente **pode ser complexo, subjetivo e custoso**. Por exemplo, pode ser necessário estimar o custo corrente de ativo, ajustando o preço corrente de novo ativo para refletir a idade atual e a condição do ativo mantido pela entidade. Além disso, devido às mudanças na tecnologia e às mudanças nas práticas de negócios, muitos ativos não seriam substituídos por ativos idênticos. Desse modo, um ajuste subjetivo adicional no preço corrente de novo ativo seria requerido para estimar o custo corrente de ativo equivalente ao ativo existente. Além disso, separar as mudanças em valores contábeis de custo corrente entre o custo corrente de consumo e o efeito de mudanças nos preços pode ser complexo e exigir suposições arbitrárias. Devido a essas dificuldades, as mensurações do custo corrente podem carecer de capacidade de verificação e compreensibilidade.

Mensuração do patrimônio líquido

O valor contábil total do patrimônio líquido (total do patrimônio líquido) **não é mensurado diretamente**. Equivale ao total dos valores contábeis de todos os ativos reconhecidos menos o total dos valores contábeis de todos os passivos reconhecidos.

Como as demonstrações contábeis para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade, o valor contábil total do patrimônio líquido geralmente **não equivale**:

- (a) ao **valor de mercado** total de direitos sobre o patrimônio na entidade;
- (b) ao valor que poderia ser levantado, **vendendo a entidade** como um todo em regime de continuidade operacional; ou
- (c) ao **valor** que poderia ser levantado, **vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos**.

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica o valor contábil total do patrimônio líquido não é mensurado diretamente, mas através de todos os ativos reconhecidos menos o total dos valores contábeis de todos os passivos reconhecidos. Consequentemente, o valor total do patrimônio líquido equivale ao valor que poderia ser levantado, vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O valor contábil total do patrimônio líquido (total do patrimônio líquido) **não é mensurado diretamente**. Equivale ao total dos valores contábeis de todos os ativos reconhecidos menos o total dos valores contábeis de todos os passivos reconhecidos.

Como as demonstrações contábeis para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade, o valor contábil total do patrimônio líquido geralmente **não equivale**:

- (a) ao valor de mercado total de direitos sobre o patrimônio na entidade;
- (b) ao valor que poderia ser levantado, vendendo a entidade como um todo em regime de continuidade operacional; ou
- (c) **ao valor que poderia ser levantado, vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos.**

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: E

CAPÍTULO 7 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A entidade que reporta comunica informações sobre seus ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas apresentando e divulgando informações em suas demonstrações contábeis.

Assim como custo restringe outras decisões de relatório financeiro, também restringe decisões sobre apresentação e divulgação. Portanto, ao tomar decisões sobre apresentação e divulgação, é importante considerar se é provável que os benefícios fornecidos aos usuários das demonstrações contábeis ao apresentar ou divulgar informações específicas **justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações**.

Classificação

Classificação é a organização de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas com base em características compartilhadas para fins de divulgação e apresentação. Essas características incluem, entre outras, a natureza do item, seu papel (ou função) dentro das atividades de negócio conduzidas pela entidade e como é mensurado.

Classificar diferentes ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas em conjunto podem obscurecer informações relevantes, reduzir a compreensibilidade e a comparabilidade e pode não fornecer representação fidedigna do que pretendem representar.

Compensação

Compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as **agrupa em um único valor líquido** no balanço patrimonial. Compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, **geralmente não é adequado**.

(Inédita) Segundo a Estrutura Conceitual Básica a compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor

líquido no balanço patrimonial. Apesar de não ser a regra a compensação pode ser requerida em determinados casos, como em função de legislação específica.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

Segundo a Estrutura Conceitual Básica a compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor líquido no balanço patrimonial. Compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, geralmente não é adequado.

O Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis diz que:

32. A entidade não deve compensar ativos e passivos ou receitas e despesas, a menos que a compensação seja exigida ou permitida por um Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC.

33. A entidade deve informar separadamente os ativos e os passivos, as receitas e as despesas. A compensação desses elementos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, exceto quando refletir a essência da transação ou outro evento, prejudica a capacidade dos usuários de compreender as transações, outros eventos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade. A mensuração de ativos líquidos de provisões relacionadas, como, por exemplo, provisões de obsolescência nos estoques ou provisões de créditos de liquidação duvidosa nas contas a receber de clientes, não é considerada compensação.

As contas ICMS a Recuperar e ICMS a Recolher, por exemplo, são compensadas ao final de cada período para fins de cálculo do valor a recolher aos cofres públicos (caso o ICMS a Recolher seja superior ao ICMS a Recuperar) ou do valor a ser transportado para o período subsequente (caso o ICMS a Recolher seja inferior ao ICMS a Recuperar).

Com isso, correta a afirmativa.

GABARITO: C

Agregação

A agregação é a soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que **possuem características compartilhadas** e são incluídas na mesma classificação.

A agregação torna as informações mais úteis ao **resumir** grande quantidade de detalhes. Contudo, a agregação oculta alguns desses detalhes. Portanto, deve-se observar um **equilíbrio** de modo que as informações relevantes não sejam obscurecidas por grande quantidade de detalhes insignificantes ou por agregação excessiva.

Podem ser necessários diferentes níveis de agregação em diferentes partes das demonstrações contábeis. Por exemplo, normalmente, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente fornecem informações resumidas e informações mais detalhadas são fornecidas nas notas explicativas.

CAPÍTULO 8 – CONCEITOS DE CAPITAL E MANUTENÇÃO DE CAPITAL

O conceito **financeiro** de capital é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. Sob o conceito financeiro de capital, tal como caixa investido ou poder de compra investido, **capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade**.

Sob o conceito **físico** de capital, tal como a capacidade operacional, o capital é considerado como a **capacidade produtiva** da entidade com base, por exemplo, nas unidades de produção diária.

A seleção do conceito apropriado de capital pela entidade deve ser baseada nas necessidades dos usuários de suas demonstrações contábeis. Desse modo, o conceito financeiro de capital deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem principalmente preocupados com a manutenção de capital nominal investido ou com o poder de compra do capital investido. Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a capacidade operacional da entidade, deve ser usado um conceito físico de capital. O conceito escolhido indica a meta a ser atingida na determinação do lucro, ainda que possa haver algumas dificuldades de mensuração para tornar o conceito operacional.

O conceito de **capital financeiro** (ou monetário) é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é **sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade**.

Segundo o conceito de **capital físico**, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a **capacidade produtiva da entidade** baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Assim, o conceito de capital financeiro deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido. Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico deve ser adotado.

Tais conceitos dão origem ao conceito de manutenção de capital:

(a) **Manutenção do capital financeiro**. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o **montante financeiro** (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

(b) **Manutenção do capital físico**. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a **capacidade física produtiva** (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Então guarde com carinho que o **LUCRO** relaciona-se com:



O conceito de manutenção do **capital físico** **requer** a adoção do **custo corrente** como **base de mensuração**. O conceito de manutenção do **capital financeiro**, entretanto, **não requer** o uso de uma base específica de mensuração. A escolha da base conforme este conceito depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter.



A principal diferença entre os dois conceitos de manutenção de capital está no tratamento dos efeitos das mudanças nos preços dos ativos e passivos da entidade. Em termos gerais, a entidade terá **mantido seu capital** se ela tiver **tanto capital no fim do período como tinha no início**, computados os efeitos das distribuições aos proprietários e seus aportes para o capital durante esse período. Qualquer valor além daquele necessário para manter o capital do início do período é lucro.

De acordo com o conceito de manutenção do capital **físico**, quando o capital é definido em termos de **capacidade física** produtiva, o lucro representa o aumento desse capital ao longo do período. Todas as mudanças de preços afetando ativos e passivos da entidade são vistas, nesse conceito, como mudanças na mensuração da capacidade física produtiva da entidade. Assim sendo, devem ser tratadas como ajustes para manutenção do capital, que são parte do patrimônio líquido, **e não como lucro**.

De acordo com o conceito de manutenção do capital **financeiro**, por meio do qual o capital é definido em termos de **unidades monetárias nominais**, o **lucro** representa o **aumento do capital monetário** nominal ao longo do período. Assim, os **aumentos nos preços de ativos** mantidos ao longo do período, convencionalmente designados como ganhos de estocagem, são, conceitualmente, **lucros**. Entretanto, eles podem **não ser reconhecidos** como tais até que os ativos sejam realizados mediante transação de troca. Quando o conceito de manutenção do capital **financeiro** é definido em termos de unidades de poder aquisitivo

constante, o lucro representa o aumento no poder de compra investido ao longo do período. Assim, somente a parcela do aumento nos preços dos ativos que **exceder o aumento no nível geral de preços é considerada como lucro**. O restante do aumento é tratado como ajuste para manutenção do capital e, conseqüentemente, como parte integrante do patrimônio líquido.

Amigo(a), eu sei que não é fácil digerir tantos conceitos teóricos como estes, mas o pior (ou melhor, para você que está estudando!) é que as bancas pedem estes conceitos. Vejamos mais questões!

(Quadrix – Contador – CFO – 2020) Os conceitos técnicos correspondentes ao capital financeiro e ao capital físico são distintos, mas o critério de manutenção dessas modalidades de capital deve ser o mesmo.

() CERTO () ERRADO

RESOLUÇÃO:

O conceito de manutenção do **capital físico requer** a adoção do **custo corrente** como **base de mensuração**.

O conceito de manutenção do **capital financeiro**, entretanto, **não requer** o uso de uma base específica de mensuração. A escolha da base conforme este conceito depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter.

Com isso, incorreta a afirmativa.

GABARITO: C

(VUNESP – Contador – Câmara de Registro/SP – 2016) O conceito de manutenção do capital físico, segundo a estrutura conceitual básica da contabilidade, requer a adoção do

(A) princípio da Continuidade, evidentemente na própria manutenção do PL.

(B) custo corrente como base de mensuração.

(C) critério de Impairment como base de ajuste patrimonial.

(D) valor justo líquido de ativos e passivos como base de avaliação.

(E) princípio da Essência sobre a Forma ou Existência.

RESOLUÇÃO:

Vou aproveitar esta questão para falar sobre as disposições da Estrutura Conceitual Básica a respeito dos conceitos de manutenção de capital e determinação do lucro.

O conceito de capital financeiro (ou monetário) é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade. Segundo o conceito de capital físico, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária. Com isso, correta a afirmativa.

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas necessidades dos usuários das demonstrações contábeis. Assim, o conceito de capital financeiro deve ser adotado se os usuários das

demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido. Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a capacidade operacional da entidade, o conceito de capital físico deve ser adotado. O conceito escolhido indica o objetivo a ser alcançado na determinação do lucro, mesmo que possa haver algumas dificuldades de mensuração ao tornar operacional o conceito.

Os conceitos de capital dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

(a) Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

O conceito de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital; somente os ingressos de ativos que excedam os montantes necessários para manutenção do capital podem ser considerados como lucro e, portanto, como retorno sobre o capital. Portanto, o lucro é o montante remanescente depois que as despesas (inclusive os ajustes de manutenção do capital, quando for apropriado) tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo.

O conceito de manutenção do capital físico requer a adoção do custo corrente como base de mensuração. O conceito de manutenção do capital financeiro, entretanto, não requer o uso de uma base específica de mensuração. A escolha da base conforme este conceito depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter.

Assim, correta a alternativa B.

RESPOSTA: B

(CFC – Bacharelado – Exame de Suficiência – 2013) Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início

do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

RESOLUÇÃO:

Vamos analisar as afirmativas.

I. Verdadeira. O conceito de capital financeiro (ou monetário) é adotado pela maioria das entidades na elaboração de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. Verdadeira. Segundo o conceito de capital físico, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

III. Falsa. A principal diferença entre os dois conceitos de manutenção de capital está no tratamento dos efeitos das mudanças nos preços dos ativos e passivos da entidade. Em termos gerais, a entidade terá mantido seu capital se ela tiver tanto capital no fim do período como tinha no início, computados os efeitos das distribuições aos proprietários e seus aportes para o capital durante esse período. Qualquer valor além daquele necessário para manter o capital do início do período é lucro.

Com isso, correta a alternativa D.

RESPOSTA: D

Pessoal, julgo que estas são as principais disposições na nova Estrutura Conceitual Básica.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Prof. Igor Cintra



Lista de Questões

1. (Inédita)

Uma das finalidades propostas pela Estrutura Conceitual Básica é a de elaborar normas e procedimentos, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

CERTO ERRADO

2. (Inédita)

O Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, define normas e procedimentos sobre aspectos relacionados à mensuração ou divulgação dos elementos patrimoniais.

CERTO ERRADO

3. (Inédita)

Com base na Estrutura Conceitual Básica "o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade". Considerando o disposto na referida resolução, NÃO é uma decisão econômica comum a maior parte dos usuários:

- A) Exercer direitos de voto afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.
- B) Decidir sobre a concessão de empréstimos ou outras formas de crédito.
- C) Decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais.
- D) Decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos de dívida.
- E) Determinar quais instrumentos de controle gerencial são melhores para mensurar o desempenho organizacional.

4. (FGV – Contador – MPE/AL – 2018)

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, assinale a opção que indica o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral.

- A) Oferecer subsídio à alta administração e aos gestores da entidade, de modo que estes pautem as suas decisões relacionadas ao funcionamento regular da entidade.

- B) Influenciar o relacionamento de investidores, credores, fornecedores e clientes com a entidade, garantindo a segurança necessária para suas transações.
- C) Fazer a diferença nas decisões dos usuários, podendo ser utilizados como dados de entrada em processos empregados para prever futuros resultados ou para confirmar as decisões tomadas.
- D) Fornecer informações contábil-financeiras que sejam úteis para os investidores, para os credores por empréstimos e para os outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.
- E) Garantir aos empregados e aos fornecedores da entidade que suas obrigações serão cumpridas.

5. (Quadrix – Contador – CFO – 2020)

O relatório contábil-financeiro só deverá ser considerado como válido se atender a todas as necessidades de informação de terceiros interessados na entidade controlada.

CERTO ERRADO

6. (Inédita)

De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

II. Decisões a serem tomadas por investidores existentes e em potencial relacionadas a comprar, vender ou manter instrumentos patrimoniais e instrumentos de dívida dependem do retorno esperado dos investimentos feitos nos referidos instrumentos.

III. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações gerenciais acerca do conjunto de entidade que reporta essa informação a credores e devedores.

IV. Decisões a serem tomadas por investidores existentes e em potencial relacionadas a quaisquer transações independentemente do retorno esperado.

Está(ão) CERTO(S) o(s) item(ns).

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I e II, apenas.

7. (CESPE – Assistente – FUNPRESP-JUD – 2016)

As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral auxiliam os investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimar o valor da entidade a que se referem as informações.

CERTO ERRADO

8. (CESPE – Contador – DPU – 2016)

Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.

CERTO ERRADO

9. (CESPE – ACE – TCE/RO – 2019)

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro), os relatórios contábeis-financeiros “objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários”. Ainda que destinados a usuários em geral, esses relatórios destinam-se prioritariamente à tomada de decisão por parte

- A) dos governos em geral.
- B) dos órgãos supervisores.
- C) dos investidores existentes e potenciais.
- D) dos administradores e gestores em geral.
- E) do fisco.

10. (Inédita)

Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais são direcionados essencialmente aos interesses de entidades governamentais, como fiscos e órgãos reguladores.

CERTO ERRADO

11. (Inédita)

De acordo com o NBC TG – Estrutura Conceitual, a “os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que

esses efeitos ocorrem, mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente". Para tanto será(serão) utilizado(a)(s):

- A) o regime de competência
- B) a alocação econômica.
- C) as estimativas contábeis.
- D) o regime de caixa.
- E) as provisões contábeis.

12. (VUNESP – Contador – Câmara de Serrana/SP – 2019)

De acordo com a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, abordada pela Norma Brasileira de Contabilidade, assinale a alternativa que apresenta o conceito contábil: "retrata os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos".

- A) Características qualitativas fundamentais.
- B) Regime misto de caixa.
- C) Materialidade.
- D) Tempestividade.
- E) Regime de competência.

13. (VUNESP – Técnico – Câmara de Piracicaba/SP – 2019)

Os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. A afirmativa apresentada se refere ao seguinte princípio da contabilidade:

- A) competência.
- B) continuidade.
- C) oportunidade.
- D) registro do valor original.
- E) prudência.

14. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica (CPC 00) as informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação evidenciam os consumos e entradas de caixa e equivalentes de caixa que ocorreram ao longo de determinado período. No entanto, tal informação não auxilia os usuários a avaliar a capacidade da entidade de gerar futuros fluxos de entrada de caixa líquidos e avaliar a gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

CERTO ERRADO

15. (AOCF – ISS Cariacica/ES – 2020)

Na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro, as características qualitativas da informação contábil-financeira são divididas em

- A) qualitativas fundamentais e qualitativas de melhoria.
- B) qualitativas da relevância e qualitativas da representação fidedigna.
- C) qualitativas da essência sobre a forma e qualitativas da representação fidedigna.
- D) qualitativas do conservadorismo e qualitativas da informação contábil.

16. (Quadrix – Auditor – CRO/GO – 2019)

As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

CERTO ERRADO

17. (FUNDATEC – Auditor – Pref. Porto Alegre/RS – 2019)

As características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral são:

- A) Autenticidade, objetividade, compreensibilidade, representação fidedigna, comparabilidade e verificabilidade.
- B) Autenticidade, relevância, objetividade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.
- C) Objetividade, autenticidade, compreensibilidade, relevância, comparabilidade e verificabilidade.
- D) Objetividade, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, autenticidade e verificabilidade.
- E) Relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

18. (Gestão – Assistente – EMATER/MG – 2018)

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, publicada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a informação contábil-financeira útil apresenta características qualitativas fundamentais e características qualitativas de melhoria.

Considerando o conteúdo da referida Estrutura Conceitual, é correto afirmar que uma característica qualitativa de melhoria é a

- A) relevância.
- B) materialidade.
- C) representação.
- D) compreensibilidade.

19. (IF/TO – Ciências Contábeis – IF/TO – 2018)

Conforme a legislação que trata das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta que evidencie características qualitativas:

- A) Relevância e representação fidedigna, comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.
- B) Universalidade, precaução, moralidade, competência, legalidade, tempestividade, prudência, relevância.
- C) Competência, relevância, oralidade, precaução, comparabilidade, universalidade, legalidade.
- D) Precaução, relevância, comparabilidade, oralidade, tempestividade, legalidade, representatividade.
- E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, precaução, tempestividade, representação fidedigna.

20. (UECE – ISS Sobral/CE – 2018)

As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira são:

- a) comparabilidade e objetividade.
- b) compreensibilidade e consistência.
- c) tempestividade e materialidade.
- d) relevância e representação fidedigna.

21. (VUNESP – ISS Guarulhos/SP – 2019)

De acordo com a Estrutura Conceitual (Resolução CFC nº 1.374/2011), são características fundamentais da informação contábil-financeira:

- A) Relevância e representação fidedigna.

- B) Relevância e compreensibilidade.
- C) Regime de competência e relevância.
- D) Regime de competência e consistência.
- E) Comparabilidade e verificabilidade.

22. (FGV – Analista Legislativo – AL/RO – 2018)

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1)- Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- financeiro, as características qualitativas da informação contábil- financeira podem ser divididas em fundamentais e de melhoria.

Assinale a opção que indica as características qualitativas fundamentais.

- A) Confiabilidade e materialidade.
- B) Relevância e representação fidedigna.
- C) Essência sobre a forma e neutralidade.
- D) Comparabilidade e tempestividade.
- E) Compreensibilidade e verificabilidade.

23.(AOCF – Assessor – CM Maringá/PR – 2017)

As características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil são:

- a) relevância e representação fidedigna.
- b) comparabilidade e verificabilidade.
- c) tempestividade e compreensibilidade.
- d) relevância e tempestividade.
- e) comparabilidade e compreensibilidade.

24. (UFG – Assessor – UFG – 2017)

Na estrutura conceitual básica da Contabilidade (Ibracon), também chamada de estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC), as informações contábeis devem apresentar características qualitativas. Esse documento não apresenta os princípios de contabilidade como elementos a serem considerados na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

É característica qualitativa fundamental da informação contábil a

- a) relevância.

- b) prudência.
- c) objetividade.
- d) oportunidade.

25. (CESPE – Técnico Judiciário – TRE-BA – 2017)

De acordo com a estrutura conceitual do CPC, assinale a opção que apresenta as características qualitativas fundamentais da informação contábil.

- A) conservadorismo e neutralidade
- B) relevância e representação fidedigna
- C) comparabilidade e verificabilidade
- D) tempestividade e compreensibilidade
- E) confiabilidade e prudência

26. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica a informação relevante, que é uma característica qualitativa fundamental, é aquela capaz de fazer a diferença decisões tomadas pelos usuários. No entanto, caso alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes ela perde tal característica, ou seja, deixa de ser considerada como relevante.

- CERTO ERRADO

27. (CESPE – Analista Judiciário – TRE/PE – 2017)

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, assinale a opção correta, acerca das características qualitativas da informação contábil.

- a) Uma informação contábil é relevante se privilegia a essência contábil sobre a forma legal.
- b) Uma informação contábil possui os atributos de melhoria se pode ser utilizada por todos os usuários da informação.
- c) A informação contábil relevante pode ser capaz de fazer diferença na tomada de decisões pelos usuários, mesmo que eles não a levem em consideração.
- d) A representação fidedigna determina que uma informação contábil deve ser passível de comparação com outras demonstrações contábeis.
- e) São características qualitativas fundamentais da informação contábil a comparabilidade, a compreensibilidade e a essência sobre a forma.

28. (CESPE – Analista – FUNPRESP – 2016)

Os valores preditivo e confirmatório de uma informação contábil-financeira não estão inter-relacionados, visto que a predição é individual e a confirmação é geral, advinda da divulgação das demonstrações a todos os usuários.

() CERTO () ERRADO

29. (IF-PE – Técnico – IF-PE – 2019)

Os itens I a III, a seguir, versam sobre as características qualitativas da informação contábil. Leia-os atentamente e responda ao que se pede.

I. A relevância e a verificabilidade são características qualitativas fundamentais.

II. A comparabilidade e a compreensibilidade são características qualitativas de melhoria.

III. A materialidade é um aspecto da característica qualitativa da relevância.

Segundo o que expõe a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Resolução CFC nº 1.374/11), está(ão) CORRETA(S), apenas, a(s) proposição(ões)

- A) II.
- B) I.
- C) II e III.
- D) I e III.
- E) I e II.

30. (Quadrix – Auditor – Pref. Jataí/GO – 2019)

As características qualitativas da informação contábil-financeira útil identificam os tipos de informação que muito provavelmente são reputadas como as mais úteis para a tomada de decisões acerca da entidade que reporta com base na informação contida nos seus relatórios contábil-financeiros. A característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira que determina que a informação seja completa, neutra e livre de erro é a

- A) relevância.
- B) verificabilidade.
- C) representação fidedigna.
- D) tempestividade.
- E) compreensibilidade.

31.(CESPE – ICMS/AL – 2020)

Uma das características qualitativas fundamentais da informação financeira é a representação fidedigna, que preconiza que as informações financeiras sejam representações fiéis da forma legal dos fenômenos que elas se propõem a representar.

CERTO ERRADO

32.(CESPE – ICMS/DF – 2020)

Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e sua realidade econômica, e não apenas para sua forma legal.

CERTO ERRADO

33.(CFC – Exame de Suficiência – Perito Contábil – 2017)

De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre fidedignidade da informação contábil-financeira (QC12), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, assinale a opção CORRETA.

A) A informação contábil representa um fenômeno. Para ser fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser relevante, justa e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

B) Para que a informação contábil-financeira seja fidedigna é necessário que ela seja relevante e represente o fenômeno declarado. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter dois atributos: completude e confiabilidade. É claro, a perfeição é possível, e de fato é alcançável.

C) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter quatro atributos. Ela tem que ter completude, neutralidade, relevância e tempestividade.

D) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

34. (Inédita)

Para que a informação contábil-financeira seja útil, é preciso que seja relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. A esse respeito, relacione a COLUNA II com a

COLUNA I, associando as denominações e as descrições e / ou definições às suas respectivas características qualitativas da informação contábil-financeira, conforme prescrito pela Estrutura Conceitual.

COLUNA I

1. Relevância
2. Materialidade
3. Representação fidedigna

COLUNA II

() Informações financeiras capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes.

() A informação tem essa característica se a omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar, razoavelmente, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta.

() Possui três características: é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.

Assinale a sequência correta.

- A) 1 2 3
- B) 3 2 1
- C) 2 3 1
- D) 2 1 3

35.(UFMG – Técnico – UFMG – 2019)

Considere afirmações sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira útil:

- I. A relevância e a representação fidedigna são características qualitativas fundamentais.
- II. Representação fidedigna significa exatidão em todos os aspectos.
- III. Comparabilidade, verificabilidade e tempestividade são características qualitativas de melhoria.
- IV. A informação contábil-financeira fidedigna é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

De acordo com a Resolução CFC n.º 1.374/11, está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões):

- A) I e III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.

36. (CESPE – ICMS/DF – 2020)

Para ser útil, a informação contábil deve, concomitantemente, ser relevante e representar com fidedignidade a realidade reportada: nem a representação fidedigna de fenômeno irrelevante, nem a representação não fidedigna de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomarem boas decisões.

CERTO ERRADO

37. (COPEVE – Técnico – UFAL – 2019)

De acordo com o CPC 00, são características qualitativas de melhoria da informação contábil-financeira:

- A) Compreensibilidade e representação fidedigna
- B) Relevância e verificabilidade
- C) Verificabilidade e tempestividade
- D) Relevância e representação fidedigna
- E) Continuidade e Tempestividade

38. (Quadrix – Contador – CFO – 2020)

A informação acerca da entidade que reporta informação contábil-financeira será útil se puder ser comparada com informações similares geradas por outras entidades.

CERTO ERRADO

39. (COPESE – Contabilidade – ALEPI – 2020)

Comparabilidade é uma das características qualitativa da informação contábil. Marque a opção que NÃO reflete essa característica considerada fundamental.

- a) Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade poderá estar relacionada com um único item.
- b) Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes.
- c) Algum grau de comparabilidade é possivelmente obtido por meio da satisfação das características qualitativas fundamentais, como a representação fidedigna.
- d) A consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo.
- e) A consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

40. (FGV – Contador – MPE/AL – 2018)

O Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro apresenta as características qualitativas da informação contábil-financeira útil.

Assinale a opção que indica a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam as similaridades dos itens e as diferenças entre eles.

- A) Representação fidedigna.
- B) Comparabilidade.
- C) Verificabilidade.
- D) Tempestividade.
- E) Compreensibilidade.

41. (FUMARC – Técnico – CEMIG/MG – 2018)

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Portanto, as informações contábeis devem ser úteis para os seus usuários. A característica qualitativa de melhoria das demonstrações contábeis, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar, denomina-se:

- A) Compreensibilidade.
- B) Relevância.
- C) Tempestividade.
- D) Verificabilidade.

42. (Inédita)

Segundo o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro as características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas tanto quanto possível. Em virtude disso as características qualitativas de melhoria, seja individualmente ou como grupo, podem tornar informações úteis, mesmo que tais informações forem irrelevantes.

- () CERTO () ERRADO

43. (Quadrix – Contador – CFO – 2020)

A entidade responsável pelo relatório contábil-financeiro deve avaliar se os custos incorridos na elaboração e na divulgação de uma informação em particular são justificados pelos benefícios proporcionados pelo uso de tal informação.

- () CERTO () ERRADO

44. (IBADE – Contador – Pref. Aracruz/ES – 2019)

“As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade está em marcha e continuará em operação no futuro previsível”. Esse fragmento da NBC TG – Estrutura Conceitual faz referência à(ao):

- A) característica da tempestividade.
- B) premissa subjacente da continuidade.
- C) aspecto da consistência.
- D) manutenção do aspecto da fidedignidade.
- E) manutenção do aspecto da relevância.

45. (CESPE – Auditor do Estado – CAGE/RS – 2018)

Assinale a opção que apresenta a premissa subjacente para a elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual.

- A) relevância
- B) tempestividade
- C) essência econômica sobre a forma jurídica
- D) representação fidedigna
- E) continuidade

46. (FGV – Analista Legislativo – AL/RO – 2018)

As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, essa premissa é chamada de

- A) continuidade.
- B) entidade.
- C) essência sobre a forma.
- D) comparabilidade.
- E) tempestividade.

47. (UFMT – Técnico – UFT – 2019)

Quais elementos das Demonstrações Contábeis na Estrutura Conceitual estão diretamente relacionados com a mensuração do desempenho?

- A) Ativo e Passivo
- B) Ativo e Patrimônio Líquido
- C) Receitas e Despesas
- D) Patrimônio Líquido e Passivo

48. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica ativo é um recurso econômico presente de propriedade da entidade como resultado de eventos passados.

- CERTO ERRADO

49. (Inédita)

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, os recursos econômicos presente controlados pela entidade como resultado de eventos passados são denominados de

- a) ativos.
- b) capitais.
- c) investimentos.
- d) receitas.

50. (Inédita)

Em consonância com a Estrutura Conceitual Básica conclui-se que os ativos não deverão ser reconhecidos em casos de incertezas, independentemente do benefício econômico futuro esperado.

- CERTO ERRADO

51. (Inédita)

Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que produzirá benefícios econômicos for baixa.

- CERTO ERRADO

52. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Um recurso econômico pode produzir benefícios econômicos para a entidade ao autorizá-la ou ao permiti-la fazer um ou mais dos seguintes atos, EXCETO:

- a) receber fluxos de caixa contratuais ou outro recurso econômico.
- b) trocar recursos econômicos com outra parte em condições favoráveis.
- c) evitar fluxos de entrada de caixa ou produzir fluxos de saída de caixa,
- d) receber caixa ou outros recursos econômicos por meio da venda do recurso econômico.
- (e) extinguir passivos por meio da transferência do recurso econômico.

53. (CESPE – Analista – TJ/AM – 2019)

Uma entidade que controla determinado recurso, mas que não detém a sua propriedade, não deve reconhecê-lo como ativo na contabilidade, pois, independentemente de qualquer condição, tal recurso não se enquadra na definição de ativo.

- CERTO ERRADO

54. (Quadrix – Auditor – CRO/GO – 2019)

Para que um elemento seja registrado no ativo da entidade, deve ser verificado o controle desse recurso por meio de sua propriedade legal.

- CERTO ERRADO

55. (Inédita)

O controle de recurso econômico geralmente resulta da capacidade de fazer cumprir os direitos legais. Segundo a Estrutura Conceitual Básica a entidade pode controlar o direito de utilizar know-how que não seja de domínio público se a entidade tiver acesso ao know-how e a capacidade presente de manter o know-how em sigilo, desde que esse know-how esteja protegido por patente registrada.

- CERTO ERRADO

56. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica passivo é uma obrigação futura da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

- CERTO ERRADO

57. (VUNESP – Contador – Câmara de Sertãozinho/SP – 2019)

A estrutura conceitual da contabilidade define que uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha

- A) uma obrigação presente.
- B) um contrato assinado.
- C) uma obrigação futura.
- D) uma saída de recurso.
- E) uma despesa incorrida.

58. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. A obrigação existe desde que a entidade consiga identificar com confiabilidade a quem ela é devida.

- CERTO ERRADO

59. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica a existência de obrigação relacionada a passivo apenas existe se forem estabelecidas por contrato, legislação ou meios similares.

- CERTO ERRADO

60. (CESPE – Analista – TJ/AM – 2019)

A forma legal é o elemento determinante para se concluir que uma obrigação se enquadra ou não na definição de passivo.

- CERTO ERRADO

61. (AOCF – ISS Cariacica/ES – 2020)

É o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Esse elemento é denominado

- a) capital a integralizar.
- b) patrimônio líquido.
- c) ajuste de avaliação patrimonial.
- d) propriedade para investimento.

62. (Inédita)

Nos termos da estrutura conceitual básica os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

I. Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados..

II. Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

III. Patrimônio líquido é o interesse total nos ativos monetários da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos e demais custos.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas
- D) II e III, apenas.

63. (Quadrix – Auditor – CRO/GO – 2019)

Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

- CERTO ERRADO

64. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica o uso de estimativas é parte essencial da elaboração de informações financeiras e, conseqüentemente, prejudica a utilidade das informações.

- CERTO ERRADO

65. (FCM – Controlador – Pref. Caranaíba/MG – 2019)

É correto afirmar que o reconhecimento contábil de ativos, passivos, receitas e despesas deve estar pautado em dois requisitos básicos que antecedem o seu registro que são:

- A) eficiência da geração de resultados futuros / economicidade.
- B) probabilidade de futuros benefícios econômicos / confiabilidade da mensuração.
- C) evidência da legalidade do registro / apuração do nível de risco.
- D) confiabilidade da mensuração / avaliação do custo-benefício.

66. (Inédita)

O custo histórico de ativo quando é adquirido ou criado é o valor dos custos incorridos na aquisição ou criação do ativo, compreendendo a contraprestação paga para adquirir ou criar o ativo menos custos de transação. O custo histórico de passivo quando é incorrido ou assumido é o valor da contraprestação recebida para incorrer ou assumir o passivo mais custos de transação.

CERTO ERRADO

67. (Inédita)

Valor em uso é o valor presente do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.

CERTO ERRADO

68. (Inédita)

O valor em uso e o valor de cumprimento não podem ser observados diretamente e são determinados utilizando técnicas de mensuração baseadas em fluxos de caixa.

CERTO ERRADO

69. (Inédita)

O custo histórico e o custo corrente refletem valores de entrada. No entanto, diferentemente do custo histórico, o custo corrente reflete os preços vigentes no momento do consumo ou cumprimento

CERTO ERRADO

70. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica utilizar de forma consistente as mesmas bases de mensuração para os mesmos itens auxilia os usuários, como credores e investidores, existentes e em potencial, no processo de comparação das informações contábeis.

CERTO ERRADO

71. (Inédita)

Em regra, segundo a Estrutura Conceitual Básica quanto maior o número de bases de mensuração utilizadas melhor será a compreensibilidade das informações divulgadas.

CERTO ERRADO

72.(Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica utilizar o custo histórico como base de mensuração pode reduzir a comparabilidade das informações contábeis, dado que itens idênticos podem ser apresentados por valores distintos.

CERTO ERRADO

73.(Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica o valor contábil total do patrimônio líquido não é mensurado diretamente, mas através de todos os ativos reconhecidos menos o total dos valores contábeis de todos os passivos reconhecidos. Consequentemente, o valor total do patrimônio líquido equivale ao valor que poderia ser levantado, vendendo todos os ativos da entidade e liquidando todos os seus passivos.

CERTO ERRADO

74. (Inédita)

Segundo a Estrutura Conceitual Básica a compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as agrupa em um único valor líquido no balanço patrimonial. Apesar de não ser a regra a compensação pode ser requerida em determinados casos, como em função de legislação específica.

CERTO ERRADO

75.(Quadrix – Contador – CFO – 2020)

Os conceitos técnicos correspondentes ao capital financeiro e ao capital físico são distintos, mas o critério de manutenção dessas modalidades de capital deve ser o mesmo.

CERTO ERRADO

76. (VUNESP – Contador – Câmara de Registro/SP – 2016)

O conceito de manutenção do capital físico, segundo a estrutura conceitual básica da contabilidade, requer a adoção do

(A) princípio da Continuidade, evidentemente na própria manutenção do PL.

(B) custo corrente como base de mensuração.

(C) critério de Impairment como base de ajuste patrimonial.

(D) valor justo líquido de ativos e passivos como base de avaliação.

(E) princípio da Essência sobre a Forma ou Existência.

77.(CFC – Bacharelado – Exame de Suficiência – 2013)

Com base na Resolução NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, julgue os itens sobre Manutenção de Capital como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. De acordo com o conceito de capital financeiro, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativos líquidos ou patrimônio líquido da entidade.

II. De acordo com o conceito de manutenção do capital físico, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva da entidade no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

III. Todas as mudanças de preços, afetando ativos e passivos da entidade, são vistas, no conceito de manutenção de capital físico, como mudanças na mensuração da capacidade financeira da entidade, devendo ser tratadas como lucro.

A sequência CORRETA é:

a) F, F, V.

b) F, V, F.

c) V, F, V.

d) V, V, F.

Gabarito

01 - E	09 - C	17 - E	25 - B	33 - D	41 - D	49 - A	57 - A	65 - B	73 - E
02 - E	10 - E	18 - D	26 - E	34 - A	42 - E	50 - E	58 - A	66 - E	74 - C
03 - E	11 - A	19 - A	27 - C	35 - A	43 - C	51 - C	59 - A	67 - E	75 - C
04 - D	12 - E	20 - D	28 - E	36 - C	44 - B	52 - C	60 - E	68 - C	76 - B
05 - E	13 - A	21 - A	29 - C	37 - C	45 - E	53 - E	61 - B	69 - C	77 - D
06 - D	14 - E	22 - B	30 - C	38 - C	46 - A	54 - E	62 - B	70 - C	
07 - C	15 - A	23 - A	31 - E	39 - A	47 - C	55 - E	63 - C	71 - E	
08 - C	16 - C	24 - A	32 - C	40 - B	48 - E	56 - E	64 - E	72 - C	

Resumo Direcionado

OBJETIVO DO RELATÓRIO FINANCEIRO PARA FINS GERAIS

O **objetivo** do relatório financeiro para fins gerais é **fornecer informações** financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.



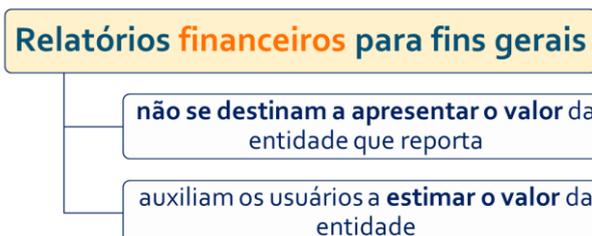
Muitos **investidores, credores** por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, **não podem** exigir que as entidades que reportam forneçam informações diretamente a eles, devendo se basear em relatórios financeiros para fins gerais para muitas das informações financeiras de que necessitam. Consequentemente, eles são os **principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais**.



Relatórios financeiros para fins gerais **não fornecem nem podem fornecer todas as informações** de que necessitam investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.



Relatórios financeiros para fins gerais **não se destinam a apresentar o valor** da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a **estimar** o valor da entidade que reporta.



Usuários primários individuais têm necessidades e desejos de informação diferentes e possivelmente conflitantes. Ao desenvolver os Pronunciamentos, busca-se fornecer um conjunto de informações que atenda às necessidades do maior número de principais usuários.



A administração não precisa se basear em relatórios financeiros para fins gerais, pois ela pode obter internamente as informações financeiras de que precisa.

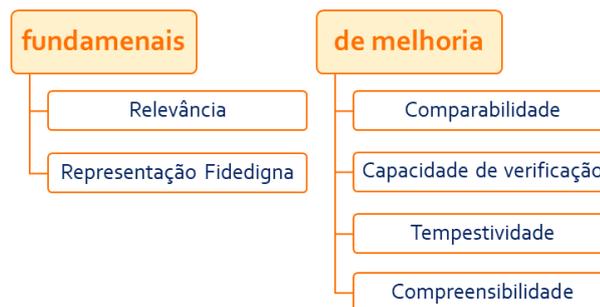


Outras partes, como reguladores e o público em geral, que não investidores, credores por empréstimos e outros credores, podem também considerar relatórios financeiros para fins gerais úteis. Contudo, esses relatórios não são direcionados essencialmente a esses outros grupos.



CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS ÚTEIS

Segundo a Estrutura Conceitual Básica se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser **relevantes** e **representar fidedignamente** aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem **comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis**.



Relevância

Informações financeiras **relevantes** são **capazes de fazer diferença** nas decisões tomadas pelos usuários. Informações podem ser capazes de fazer diferença em uma decisão ainda que alguns usuários optem por não tirar vantagem delas ou já tenham conhecimento delas a partir de outras fontes. Informações financeiras são capazes de fazer diferença em decisões se tiverem valor preditivo ou valor confirmatório, ou ambos.



Materialidade

A informação é material se a sua **omissão**, **distorção** ou **obscuridade puder influenciar**, razoavelmente, as **decisões** que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre entidade específica que reporta. É um **aspecto de relevância**.

Atenção!

A **materialidade** refere-se à **omissão, distorção ou obscuridade de informações que possam influenciar as decisões dos usuários**.
Não confunda este conceito com a **relevância**, que é aquela **capaz de fazer a diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários**.

Representação fidedigna

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é **completa**, **neutra** e **isenta de erros**.



Representação fidedigna **não significa** representação precisa em todos os aspectos. O uso de **estimativas** razoáveis é parte essencial da elaboração de informações financeiras e não prejudica a utilidade das informações se as estimativas são descritas e explicadas de forma clara e precisa.

Aplicação das características qualitativas fundamentais

Nem a representação fidedigna de fenômeno **irrelevante** nem a representação **não fidedigna** de fenômeno relevante auxiliam os usuários a tomar boas decisões.

Comparabilidade

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a **comparabilidade não se refere a um único item**. A comparação exige, no mínimo, dois itens.

Consistência, embora relacionada à comparabilidade, não é a mesma coisa. Consistência refere-se ao **uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, seja de período a período na entidade que reporta ou em um único período para diferentes entidades. Comparabilidade é a meta; a consistência ajuda a atingir essa meta.



Capacidade de verificação

A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Capacidade de verificação significa que **diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso**, embora não a acordo necessariamente completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

Tempestividade

Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões **a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões**.

Compreensibilidade

Classificar, caracterizar e apresentar informações de modo claro e conciso as torna compreensíveis.

Aplicação das características qualitativas de melhoria

As características qualitativas **de melhoria devem ser maximizadas** tanto quanto possível.

Restrições do custo sobre relatórios financeiros úteis

O **custo é uma restrição** generalizada sobre as informações que podem ser fornecidas pelo relatório financeiro. O relatório de informações financeiras impõe custos, e **é importante que esses custos sejam justificados pelos benefícios de apresentar essas informações**. Há vários tipos de custos e benefícios a serem considerados.

Premissa de continuidade operacional

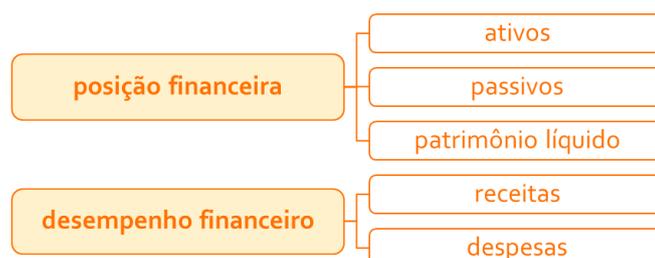
As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta **está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível**.



ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

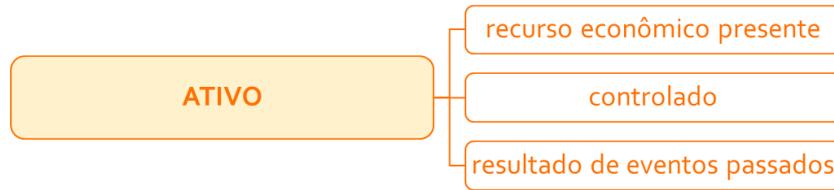
Os elementos das demonstrações contábeis definidos nesta Estrutura Conceitual são:

- (a) ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à **posição financeira** da entidade que reporta; e
- (b) receitas e despesas, que se referem ao **desempenho financeiro** da entidade que reporta.



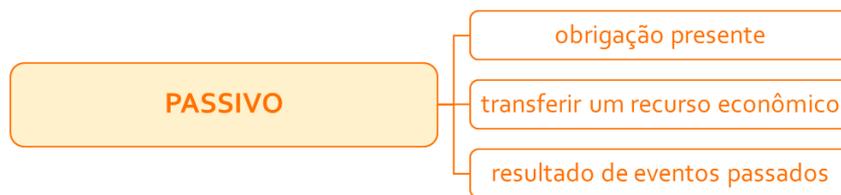
Definição de Ativo

Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.



Definição de Passivo

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.



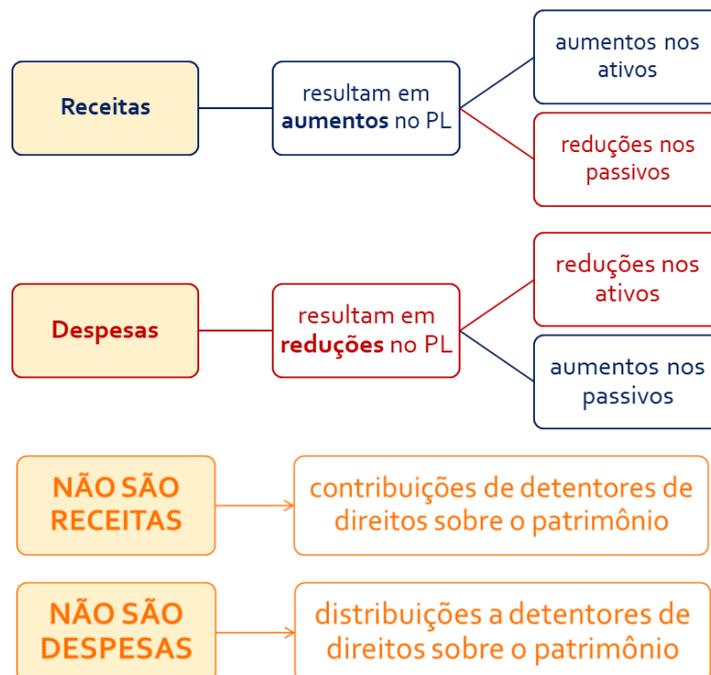
Definição de Patrimônio Líquido,

Patrimônio líquido é a **participação residual** nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Definição de Receita e Despesa

Receitas são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.

Despesas são reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.



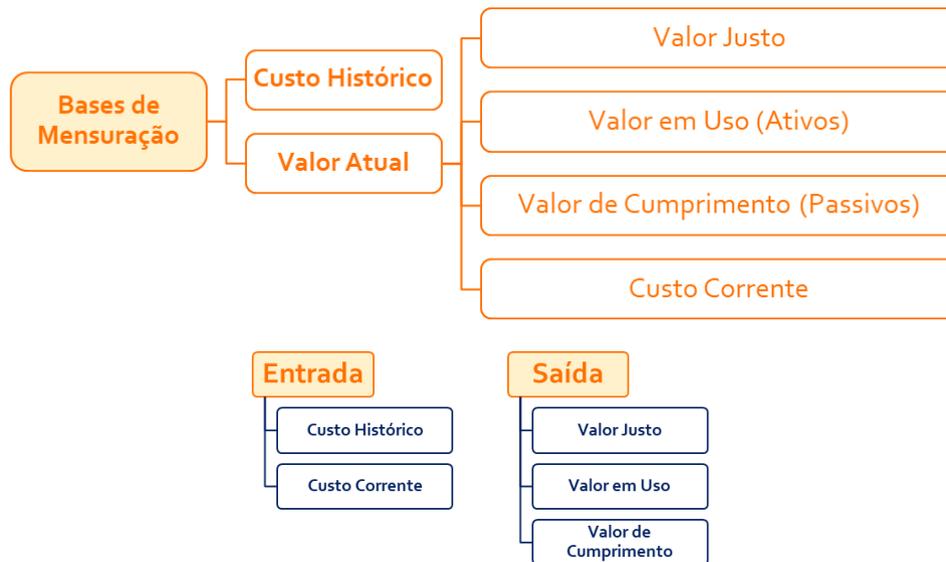
RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente de item que **atenda à definição** de um dos elementos das demonstrações contábeis – ativo, passivo, patrimônio líquido, receita ou despesa.

O ativo ou passivo **pode existir** mesmo se a probabilidade de entrada ou saída de benefícios econômicos for baixa.

MENSURAÇÃO

Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são **quantificados em termos monetários**. Isso exige a seleção de uma **base de mensuração**.



Custo histórico

A mensuração ao **custo histórico** fornece informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações derivadas, pelo menos em parte, do **preço da transação ou outro evento que deu origem a eles**.



Valor atual

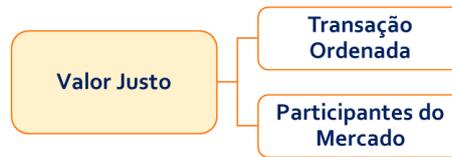
As mensurações ao valor atual fornecem informações monetárias sobre ativos, passivos e respectivas receitas e despesas, utilizando informações atualizadas para refletir condições **na data de mensuração**.



As bases de mensuração do **valor atual** incluem: (a) **valor justo**; (b) **valor em uso** de ativos e **valor de cumprimento** de passivos; e (c) **custo corrente**.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo em **transação ordenada** entre **participantes do mercado** na data de mensuração.



Valor em uso

Valor em uso é o **valor presente** dos fluxos de caixa, ou outros benefícios econômicos, que a entidade espera obter do uso de ativo e de sua alienação final.



Valor em cumprimento

Valor de cumprimento é o **valor presente** do caixa, ou de outros recursos econômicos, que a entidade espera ser obrigada a transferir para cumprir a obrigação.



Custo corrente

O custo corrente de ativo é o custo de ativo equivalente **na data de mensuração**, compreendendo a contraprestação que seria paga na data de mensuração mais os custos de transação que seriam incorridos nessa data.



APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Ao tomar decisões sobre apresentação e divulgação, é importante considerar se é provável que os benefícios fornecidos aos usuários das demonstrações contábeis ao apresentar ou divulgar informações específicas **justifiquem os custos de fornecer e utilizar essas informações**.

Compensação

Compensação ocorre quando a entidade reconhece e mensura tanto ativo como passivo como unidades de conta separadas, mas as **agrupa em um único valor líquido** no balanço patrimonial. Compensação classifica diferentes itens em conjunto e, portanto, **geralmente não é adequado**.

Agregação

A agregação é a soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que **possuem características compartilhadas** e são incluídas na mesma classificação.

CONCEITOS DE CAPITAL E MANUTENÇÃO DE CAPITAL

De acordo com o conceito de capital **financeiro**, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é **sinônimo** de **ativos líquidos** ou **patrimônio líquido** da entidade.

Segundo o conceito de **capital físico**, tal como capacidade operacional, o capital é considerado como a **capacidade produtiva da entidade** baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

A entidade atinge **lucro** quando:



O conceito de manutenção do **capital físico** **requer** a adoção do **custo corrente** como **base de mensuração**.

O conceito de manutenção do **capital financeiro**, entretanto, **não requer** o uso de uma base específica de mensuração.





#SIGA NAS
REDES SOCIAIS



@profigorcintra